

ESCOLA DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
MESTRADO EM PSICOLOGIA

MARINA VALENTIM BRASIL

CARTAS AO FUTURO PRESIDENTE: O QUE DIZEM OS JOVENS?

Porto Alegre
2019

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
MESTRADO EM PSICOLOGIA

MARINA VALENTIM BRASIL

CARTAS AO FUTURO PRESIDENTE: O QUE DIZEM OS JOVENS?

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Escola de Ciências da Saúde da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Angelo Brandelli Costa

Porto Alegre

2019

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
MESTRADO EM PSICOLOGIA

MARINA VALENTIM BRASIL

CARTAS AO FUTURO PRESIDENTE: O QUE DIZEM OS JOVENS?

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Escola de Ciências da Saúde da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Angelo Brandelli Costa

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof. Dr. Angelo Brandelli Costa (Orientador)

Prof. Dr. Adolfo Pizzinato

Profa. Dra. Aline Hernandez

Ficha Catalográfica

B823c Brasil, Marina Valentim

Cartas ao futuro presidente : o que dizem os jovens? / Marina Valentim Brasil . – 2019.

80 f.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Angelo Brandelli Costa.

1. Cidadania. 2. Política. 3. Juventude. 4. Escola. I. Costa, Angelo Brandelli. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bibliotecária responsável: Salete Maria Sartori CRB-10/1363

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer à Eleonora Spinelli, pela companhia pacienciosa, pelas palavras e também pelo silêncio. Pela relação única que só um *setting* pode permitir e por se tornar uma personagem tão essencial na minha vida. Com a Eleonora aprendi a ser eu mesma em mim, ser eu mesma com ela, e ser uma profissional ética e ao mesmo tempo afetiva. Aprendi a acreditar, também, que eu consigo. Muito obrigada.

Agradeço ao meu orientador, Angelo Brandelli Costa, por me ensinar a ter ritmo. Por me ensinar a postura e me permitir, pelo simples convívio, conhecer uma trajetória em que posso me espelhar, que posso sonhar e, quem sabe, também alcançar. Agradeço, ainda, pelo nosso encontro ao acaso e pela porta sempre aberta. Agradeço por “compartilhar” a companhia de Silvia Helena Koller, por quem tenho a mais sincera admiração.

Agradeço ao meu pai, Albert V. B. Brasil, pela herança da escrita. Por me fazer acreditar (e depois desacreditar) no destino da genética. Pela semelhança que temos, assim como pelas nossas diferenças. Agradeço, também, por sempre ter sido a figura acadêmica primeva na minha vida. Pela leveza que encontrou dentro da intensidade da vida e por sempre me ajudar a buscar a minha. Agradeço por me ensinar o sacrifício que é viver pelo que se acredita, e como essa trajetória vale a pena. Agradeço por ter sido tu a minha primeira palavra.

Agradeço à minha mãe, Julia V. Brasil, por todos os inícios que aconteceram graças a ela. Agradeço pelo colo infinito, pelo primeiro livro do Freud. Por acreditar e me deixar estender por mim sonhos antigos. E por também me permitir ser eu. Agradeço, ainda, pelo compromisso que sempre me mostrou ter com o que há na vida e com os próprios caminhos – foste tu quem me ensinou a existir. Existir em ti, e tu existires em mim. Obrigada por nos fazer ser esse nó, nós.

Agradeço à Sabrina Cúnico pelo primeiro passo. Pela firmeza diante dos meus anseios (sempre descompensados), mas principalmente pela simples confiança. Agradeço por tê-la ganhado num primeiro momento de graça, e agradeço que tu me permitas até hoje reforçar que pode, sim, confiar em mim. Agradeço pela disciplina, e agradeço também pela escrita que tu me ensinaste a produzir, que carrego até quando o escrever é solitário.

Agradeço aos meus irmãos: Antônio, pela clareza, pelo perdão, pela integridade; Fernando, pela leveza, pelo carinho, pelo sorriso; e Renata, pelo amor sincero, pela presença diária mesmo na distância e por não desistir de mim mesmo nos meus momentos mais difíceis para contato.

Agradeço aos meus laços fraternos mais genuínos: Eduardo, Luísa, Isadora, Ingrid, Amata e João Pedro. Por me escolherem e me permitirem encontrar em vocês os irmãos que optam pelas obrigações fraternas. Mesmo sendo elas às vezes exaustivas, sempre estiveram presentes. Ao Ricardo, agradeço por desejar construir uma vida comigo, mesmo isso parecendo um desafio desde o início. E por, mesmo assim, permanecer sempre por perto. A todos, por repetirem quando precisei ouvir e por se manterem no silêncio comigo nos momentos mais difíceis destes últimos dois anos. Não há encontro no mundo mais importante do que esse na vida. O meu muito obrigada a vocês.

Por fim, agradeço às pessoas que estiveram presentes durante este percurso acadêmico e que puderam, de várias maneiras, compreender as minhas esporádicas ausências e meu cansaço. Às colegas de trabalho do IEPP (colegas de Comissão), especialmente, por tal compreensão e apoio contínuo, sempre permitindo que eu pudesse manter a ponte entre a minha dissertação e meus estudos psicanalíticos. À Maria Cecília Ferlini, pela continência- teórica e pessoal. Por comemorar comigo, me lembrando que devemos celebrar as pequenas vitórias. Por ser um exemplo de psicanálise que não deixa de ser humana. Aos meus colegas da PUCRS, que foram essenciais para que este trabalho pudesse ser uma dissertação. Dentre essas pessoas, deixo aqui meu agradecimento a Leticia Pessoa, que além de essencial foi uma companheira de trabalho impecável, profissional e ética, que levarei comigo por toda a minha trajetória acadêmica como auxiliar de pesquisa, mas também como amiga.

*“Desconhecemos o outro, tal como
desconhecemos a nós mesmos. Uma ética da
intersubjetividade envolve o reconhecimento do
desconhecido em nós e no outro, evitando assim
a colonização do outro que sempre arriscamos
realizar quando supomos conhecê-lo enquanto,
no mais das vezes, estamos reduzindo-o a nós
mesmos.”*

Belinda P. H. Mandelbaum

RESUMO

Compreende-se que o conceito de cidadão é aquele com uma postura de olhar permanentemente crítico e de exigência crescente frente aos fenômenos sociais. Pensando no papel da educação como promotora de cidadãos ativos nos espaços comuns, e a Psicologia Social Crítica como uma disciplina emancipatória para a interlocução de engajamento juvenil, política e escola, a presente dissertação tem como objetivo compreender de que forma está ocorrendo o processo de construção de cidadania e da identidade cidadã por parte dos porto-alegrenses estudantes do Ensino Médio. Diversos processos podem ser disparados para fomentar a construção dessa subjetividade política. A literatura aponta a importância e a responsabilidade da família e da escola para a iniciação na vida democrática. Entretanto, encontram-se evidências apontando que a população brasileira tende a ser pouco participativa na esfera política. Além da participação popular insatisfatória, também é frequente a expressão de que as escolas parecem ser pouco eficazes na promoção de um espaço que promova um pensamento democrático por parte dos alunos. Frente a isto, o trabalho se propõe a compreender de que forma os estudantes do ensino médio interagem com questões da esfera política. Como método, a pesquisa baseou-se no projeto *Letters to The Next President L2P2.0*, através do qual os alunos são convidados a pensar sobre as condições sociais e políticas que os cercam e que para eles são relevantes, através da elaboração de cartas. Esta é uma pesquisa exploratória de caráter qualitativo, e a análise foi realizada a partir da Análise Temática de Braun e Clarke. Uma escola pública de Porto Alegre foi contatada por critério de conveniência. Participaram da pesquisa 209 estudantes de Ensino Médio. Foi elaborado um questionário em uma plataforma online contendo a pergunta disparadora, baseada no projeto original, seguida de sete perguntas relacionadas a política, democracia e cidadania. Serão apresentados os resultados da análise das respostas para a pergunta disparadora “o que você tem a dizer para o próximo ou próxima presidente do Brasil?”, e a pergunta “Você sabe o que um presidente faz? Por favor, descreva.”. Os resultados da primeira pergunta apontaram os seguintes temas: “Descrença”, “Público e privado”, “As pautas”, Esse terceiro eixo é ainda subcategorizado entre Pautas sociais” e “Tripé temático”. Os resultados apontam que o distanciamento dos jovens com a política presente na literatura é da mesma forma presente nos participantes da pesquisa. Também evidenciaram a produção de um discurso que versa sobre pautas de forma desapropriada com relação às questões políticas. As pautas mais elaboradas, expostas por uma parte menor de respondentes da pesquisa foram tocantes à desigualdade, discriminação, trabalho, segurança, impostos, condições de trabalho dos profissionais de saúde e educação, contrastando com os resultados do projeto original norte-americano. Quanto à segunda pergunta, os temas foram categorizados em: “Desconhecimento”; “Deliberação”, que se subdivide ainda em dois subtemas, sendo o primeiro “Sobre leis” e o segundo, “Decisões”; “Representante”, e “Autoridade”. Tais temas evidenciaram uma dificuldade por parte dos participantes de darem respostas apropriadas quanto à prática presidencial, fazendo com que as respostas apontassem ideias generalistas sobre tomada de decisões, representar ou ainda uma ideia de detentor de poder. Discute-se que a escola segue sendo incapaz de produzir cidadãos aptos para exercerem seus papéis na sociedade e como tal distanciamento pode ser reflexo da população que se vê descrente da política e também não se apropria suficientemente para gerar mudanças efetivas na educação política brasileira.

Palavras-chave: Cidadania; Política; Juventude; Escola.

Área conforme classificação CNPq: 7.07.00.00-1 – Psicologia

Subárea conforme classificação CNPq: 7.07.05.00-3 – Psicologia Social

ABSTRACT

It is understood that the concept of citizen implies a constant critical look and a growing demand towards social phenomena. Thinking about the role of Education as the promoter of active citizens in common spaces environments and the Social Psychology as a subject which encourages emancipation with regard to the dialog between youngsters, politics and school, the present study aims to understand how this process of citizen construction and citizen identity is occurring among High- school students in Porto Alegre, Brazil. Several processes may be activated to instigate the construction of this political subjectivity. Literature suggests the importance and the responsibility of the family and the school to initiate the democratic life. However, there are evidences showing that the Brazilian population tends to have little participation in the political sphere. Besides the unsatisfactory participation, it is often observed that schools seem to be little efficient in promoting an environment which encourages a democratic thought from the students' part. Taking that into consideration, this work proposes to approach the way students interact with questions concerning the political sphere, in case there is any. As a method, the research was based on the project "Letters to the Next President" L2P2.O, through which the students are invited to think about the relevant political and social conditions around them, and which ones are relevant to them through the elaboration of letters. This is an exploratory research of qualitative character. A public school in Porto Alegre was contacted based on convenience. 209 high school students participated as a data collection method, where a questionnaire was created in an online platform which had a trigger question (based on the original question), followed by seven questions concerning politics, democracy and citizenship. The result of the analysis of the answers to the trigger question: "What do you have to say to the next president of Brazil?" and the question: "Do you know what a president does? Please describe." will be presented. The themes emerged by the results of the first question were named "Unfamiliarity", "Deliberation", sub-divided in "About laws" and "Decisions", "Representative" and "Authority". These themes evidenced the difficulty the participants had in answering properly about the presidential practices, indicating general ideas about decision making, representing or power holder. Regarding the second question presented, the themes were categorized by the names "Disbelief", "Public and private" and "The topics", which were also sub-categorized as "Social topics" and "Thematic tripod". The results point out that the detachment between youngsters and politics found in literature is the same way evidenced by the participants. They also demonstrated the use of a set up discourse concerning political topics, evidencing an expropriated approach. The most elaborated political topics presented by a smaller part of respondents concerned security issues, prejudice, inequality, the working conditions for health and education professionals, nevertheless in brief constructions, contrasting with the original project results. This study discusses that the school is still incapable of encouraging the empowerment of citizens that successfully fulfill their roles as citizens in society, as well as how this detachment can be the reflection of the Brazilian major population- that is faithless about politics and do not compromise with the subject to promote effective social change in political education in Brazil.

Key-words: Citizenship; Politics; Youth; School.

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	14
2 INTRODUÇÃO	16
2.1 Fundamentação teórica	18
2.1.1 Cidadania, participação e democracia pós-ditadura	18
2.1.2 Educação, ditadura e Escola sem Partido	21
2.1.3 O papel político da educação e a Psicologia da Libertação	24
2.1.4 Construção de subjetividade política	28
2.2 Trajetória metodológica	32
3 ARTIGO.....	37
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
REFERÊNCIAS	
64	

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice A- Questionário para os Alunos	68
Apêndice B- Questionário para Professores	69
Apêndice A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para Alunos	70
Apêndice B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para Professores	73

LISTA DE ANEXOS

Anexo A – Parecer de aprovação consubstanciado do Comitê de Ética (UFRGS)75

1 APRESENTAÇÃO

A temática da participação cidadã com a população jovem foi nova para mim. Não havia, num primeiro momento, aproximação com estudos sobre juventude, muito menos contato com estudos de Psicologia Política. Esse campo de estudo, ao longo da trajetória da dissertação, foi se configurando como um tema de atualidade para o momento em que o Brasil vive a sua política: experimentamos, como cidadãos brasileiros, desdobramentos de uma cultura pouco engajada com relação à política e os reflexos disso nos fenômenos de falta de garantia de direitos, opressão, preconceito, além de uma falta de recursos instrumentais para podermos, socialmente, defender o que é de fato um dever do Estado. Vivenciamos, ainda, uma mistura entre noções de moral e de direitos. Somos um país que vive dicotomizado entre polos extremos politicamente, embora haja uma parcela de cidadãos que, entre estes extremos, busca uma compreensão intermediária, mas ainda minoritária.

Além disso, existe uma visão dúbia por parte dos brasileiros em relação ao que é dever do Estado e em que parte a população participa como promotora de mudanças. Nosso país acompanha, através de notícias de escândalos envolvendo representantes e política o descaso com a população, que só adquire tal magnitude justamente por termos uma participação política empobrecida. Compreendendo a cidadania como algo inerente ao existir em uma sociedade democrática, de que forma nós, brasileiros, acompanhamos os diversos acontecimentos do mundo da política de nosso país? Como cidadãos, temos a capacidade de identificar quais são os fatores que têm influência nos acessos a direitos da população? Participamos de forma crítica e com conhecimento suficientemente aprofundado para que compreendamos o contexto em que nós mesmos estamos inseridos politicamente?

A partir desses questionamentos, o presente trabalho busca, de forma mais ampla, aproximar-se de tais inquietações. O que acontece quando não somos educados para nos defendermos daquilo que nos cerca? Quais são os desdobramentos sociais que ocorrem quando permanecemos alheios ao que nos ocorre? E por que, culturalmente, compreendemos que política é uma área especial dedicada àqueles que são especializados a operá-la?

Apoiando essas indagações, a aproximação com Silvia Helena Koller, através de Angelo Brandelli Costa, serviu como um estimulante início para que um estudo que contextualize, um pouco, a questão da relação da população brasileira com a categoria política pudesse ser mais bem compreendido. Sob o argumento de que a educação pode servir como a peça faltante no quadro geral do fenômeno, a contribuição de Silvia não só serviu como combustível para questionamentos, mas também como apresentação de um instrumento rico para nos aproximarmos dessas questões. Sob o recorte da população jovem, ainda enfrentamos esse marcador social como mais um que influencia no que estamos buscando compreender: se, como população, já nos colocamos alheios à política, como permitimos a inserção daqueles que estão iniciando sua trajetória de cidadãos e de sujeitos no mundo?

A partir do contato com o projeto *Letters to the Next President*, de Elyse Eidman-Aadahl, surgiram as inquietações sobre quais seriam os resultados com os alunos brasileiros. Esse projeto, que tem como objetivo promover um engajamento por meio da escrita de cartas ao presidente, demonstrou o conteúdo rico dos alunos americanos, a aproximação desses alunos com fenômenos cotidianos de suas vidas e a forma politizada com que fazem isso. O projeto de Eidman-Aadahl mostra o que uma população que é educada para a vida cívica pode produzir. Infelizmente, esse não é o contexto em que o Brasil se encontra.

Este trabalho deixa muitos questionamentos sem resposta. É uma dissertação que tem como propósito maior iniciar uma trajetória que exige mais pesquisas, estudos e aproximação com a temática da cidadania nas escolas. Ela tem, portanto, a intenção de resgatar, mesmo que em uma escala ainda tão pequena, a importância de defendermos – e de sermos educados para – um Estado democrático e a razão de a política ser algo que protege a sociedade, ao invés de ser vista como aquela que a prejudica.

2 INTRODUÇÃO

Durante os anos de 2015 e 2016, sob a influência das manifestações do Movimento Passe Livre, de 2013, e também das experiências estudantis argentinas e chilenas, o Brasil acompanhou uma reivindicação juvenil de ampla magnitude, que teve início no estado de São Paulo e disseminou-se pelos demais estados brasileiros, incluindo o Rio Grande do Sul. Esse movimento foi gerado como reação ao Projeto de Reorganização Escolar, criado pelo então governador de São Paulo, Geraldo Alckmin. O projeto tinha como iniciativa dividir as escolas a partir de ciclos, em que cada escola seria a sede específica de um ciclo, exclusivamente. A proposta era segmentar as sedes educacionais em dois ciclos diferentes de ensino fundamental e um de ensino médio. Iniciou-se uma campanha para o dia “E”, o dia em que os alunos e seus familiares seriam supostamente informados sobre como os novos moldes seriam aplicados e como os alunos seriam transferidos. Além disso, o mesmo projeto tinha como objetivo diminuir o número de sedes escolares pelo estado, sob o argumento de excesso de vagas ociosas (Januário, Campos, Medeiros & Ribeiro, 2016; Moraes & Ximenes, 2016).

Essa manifestação ocasionou a ocupação de escolas e universidades em vinte e dois estados brasileiros no ano de 2016. O movimento de ocupações teve como propósito vetar as medidas que pareciam já definidas pelo governo estadual, num tom de inevitabilidade e irreversibilidade por parte do representante político e de seus funcionários. Teve também, como causa inicial, a percepção de que os diretamente afetados por tal mudança não foram considerados na evolução da decisão. Com o crescimento das manifestações, a chamada Primavera Secundarista contou com o envolvimento de estudantes e ocupações universitárias, além de ter o apoio de professores por todo o país. Os professores também reivindicaram interditar a decisão que previa o encerramento das atividades de algumas escolas, decisão que diminuiria a oferta empregatícia. Portanto, a reivindicação era uma luta pela participação democrática de uma decisão pelos principais atores envolvidos em tal projeto (Januário et al., 2016).

Após esse período, houve um crescimento da literatura acadêmica que registrou uma perspectiva otimista a respeito da relação que os alunos pareciam estabelecer com a escola. Isso surge em contraposição a uma ideia de que a precariedade da estrutura das escolas públicas influenciava numa percepção dos alunos de não pertencimento em relação à escola e de não vinculação a seus professores. O que ocorreu foi justamente o contrário: apesar da estrutura insatisfatória das condições de ensino e de trabalho, os

alunos mantiveram uma relação positiva com a escola pública, reconhecendo-a como um espaço fundamental para aprendizagem e sociabilidade, a ponto de se mobilizarem para preservá-la (Moraes & Ximenes, 2016). Além disso, demonstraram uma importante capacidade de organização política e de mobilização, o que fez com que despertassem também a admiração da população brasileira (Januário et. al, 2016).

O recuo da decisão do Plano de Reorganização Escolar ocorreu no mês de novembro de 2016. Apesar dos desdobramentos terem se seguido em outros embates entre alunos e representantes do poder público, as ocupações permitiram uma sensibilização sobre o caráter público da escola por parte dos estudantes, uma apropriação do que lhes pertencia por direito, ao invés da submissão à ideia de que a escola estaria a serviço do governo vigente. Essa experiência fortaleceu a percepção de que o que cabe ao governo em vigor é assegurar as condições adequadas de funcionamento das escolas públicas, mas que sua qualidade também depende da apropriação da comunidade formada por alunos, professores e familiares (Moraes & Ximenes, 2016).

Paralelamente a esse acontecimento, o Brasil também vem apresentando aumento no índice de violência contra professores dentro das escolas. Segundo reportagem do *site* de notícias *G1*, de agosto de 2017, dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) apontam que o Brasil chegou ao primeiro lugar no *ranking* da violência contra professores (Tenente & Fajardo, 2017). Após as manifestações e as ocupações, atores do lado conservador argumentaram sobre a “má influência” e a manipulação da classe docente sobre os estudantes, argumento que explicaria as ocupações estudantis de 2016. Com isso, diferentes representantes da classe política e também representantes de bancadas religiosas brasileiras iniciaram movimentos contra essa mobilização, estimulando que alunos denunciassem professores que tivessem qualquer tipo de posicionamento político ou relacionado a questões de diversidade sexual e de gênero dentro das salas de aula (posicionamento nomeado por eles de “ideologias de gênero”).

Além de observarmos um movimento em prol da unificação dos usuários do sistema educacional brasileiro, também é possível constatar, nos últimos anos, o aumento de uma força contrária a essa, em que a relação entre professores e alunos volta a se distanciar e se distorcer.

2.1 Fundamentação teórica

2.1.1 Cidadania, participação e democracia pós-ditadura

A presente dissertação tem como objetivo geral compreender de que forma está ocorrendo o processo de construção de cidadania e da identidade cidadã por parte dos jovens brasileiros, mais precisamente dos jovens porto-alegrenses e estudantes do ensino médio. Pensa-se em cidadania por entender que esse termo é o que usualmente identifica cada sujeito dentro de uma sociedade democrática. Tal envolvimento da população com questões do campo público e comum é, na teoria, um princípio fundamental para a garantia dos direitos na sociedade, bem como para o controle dos próprios cidadãos sobre suas vidas, no que diz respeito ao acesso a direitos básicos e o cumprimento de deveres para a garantia do espaço do bem comum (Baquero & Baquero, 2007; Becker & Raveloson, 2011; Galston, 2001). Como recorte populacional, o presente estudo ainda busca indagar quais são as reais condições dos jovens de se compreenderem como cidadãos ativos na sociedade e de que forma interagem com tal identidade. Este trabalho compreende a cidadania como a postura do sujeito que possui um olhar permanentemente crítico e uma postura de exigência crescente diante dos fenômenos sociais que o cerca no seu dia a dia (Pesce & Oliveira, 2012).

Historicamente, a compreensão da construção da cidadania no Brasil passou por diferentes percepções, desde a ligação com *status* socioeconômico para a determinação das atitudes políticas (década de 1970), passando pela importância das noções cívicas dos pais como forma de aprendizagem transgeracional, até uma noção de que para a socialização na política é necessário se utilizar da influência da comunicação e dos pares no processo da sua construção (Baquero & Baquero, 2007). O entendimento de participação dos jovens na cidadania careceu, durante as últimas décadas, sobretudo no Brasil, de compreensões que partissem do olhar e das demandas dos próprios jovens, o que refletiu em tendências à descrença e ao ceticismo quanto à política e à democracia (Mesquita, Bonfim, Padilha & Silva, 2016; Rique et al., 2009; Rizzini, Thapliyal, & Pereira, 2007). Ou seja, a temática da cidadania no contexto da juventude deveria se dar por meio da noção de participação, fortalecendo o entendimento de que esta precisa ser construída ativamente pelos próprios jovens.

A definição de participação cidadã diz respeito ao comportamento com o objetivo de resolver problemas da comunidade. É somente através da participação cidadã que

podemos esperar influenciar a ação governamental e a formulação de políticas para a melhoria da vida da sociedade (Zúñiga, Jung & Valenzuela, 2012). A existência de cidadãos participativos é a condição prévia para a existência da democracia. O poder democrático deve ser exercido pela população e de acordo com o seu próprio interesse. Dentro de uma democracia, são garantidos direitos pessoais (condizentes ao direito à vida, por exemplo), direitos políticos e civis (que dizem respeito à participação do cidadão na vida política de sua comunidade), direitos sociais e econômicos (asseguramento de abastecimentos básicos para a sobrevivência e o próprio direito à educação). Além desses direitos, garante-se também o direito ao sufrágio com periodicidade (sendo as eleições sempre livres, iguais, com sigilo nas votações, e publicização do processo eleitoral) (Becker & Raveloson, 2011). Junto a esses aspectos, temos também a chamada democracia representativa, que é o modelo de democracia brasileiro garantido pela Constituição de 1988. Ela corresponde à estrutura de governo em que a população elege seus representantes para que componham os poderes Executivo (presidente da república e ministros por ele indicados), Legislativo (elaboração das leis e fiscalização político-administrativa e financeiro-orçamentária) e Judiciário (função jurisdicional, ou seja, a aplicação das leis) (Brasil, 2018).

O estudo de Galston (2001) explica as razões para que busquemos a introjeção de noções de cidadania: o entendimento cívico permite que os cidadãos compreendam quais são seus interesses como indivíduos e como membros de outros grupos, podendo compreender qual o impacto das políticas sobre seus interesses. Galston (2001) argumenta que o entendimento cívico aumenta a consistência dos posicionamentos dos cidadãos ao longo do tempo, permitindo maior estabilidade nas atitudes políticas. Noções básicas de cidadania permitem que os cidadãos compreendam os eventos políticos formais e acompanhem as agendas políticas de forma mais eficaz. O entendimento cívico auxilia para que os cidadãos tenham menos sentimentos generalizados de desconfiança ou de alienação da vida pública em relação aos governos. Também promove o fortalecimento de valores democráticos, como a tolerância e a diminuição do preconceito. E o entendimento cívico abre possibilidade para uma maior participação política formal e maior noção de identidade coletiva. O autor defende ainda que cadeiras teóricas sobre política não são tão eficazes quanto as práticas extracurriculares com integração teórica para a produção de um pensamento sobre o coletivo e os princípios da cidadania.

Como já mencionado, o exercício da cidadania predispõe à existência de uma sociedade democrática. No caso do contexto brasileiro, o regime político democrático

apenas foi garantido após um marco em sua história que influenciou diversas áreas da sociedade: a ditadura civil-militar, entre os anos de 1964 e 1985. As práticas dos governantes da época tinham o intuito de fortalecer o regime, por meio do autoritarismo, da repressão e do controle de diferentes aspectos da vida social, como o político, o econômico, o cultural e o educacional. Através de um discurso que definia ideias que supostamente seriam democráticas e de garantia ao bem de todos, os membros do governo controlavam diversas instituições, visando o controle e a legitimidade do regime e garantindo a obediência da sociedade. Tanto a psicologia quanto a educação foram áreas que sofreram pressões durante esse período no Brasil (Nunes & Rezende, 2008).

Embora a Constituição Federal tenha sido promulgada em 1988, ao fim do regime civil-militar, o regime democrático do Brasil é objeto de críticas. Podemos mencionar o trabalho de Carrara (1996), que argumenta que o termo “democracia” é um conceito que depende, diretamente, da noção de “liberdade” (para a participação). Na prática, no entanto, no Brasil temos uma democracia nivelada entre maiores ou menores graus. O autor defende ainda que, para a existência da democracia, a primeira condição é a garantia de direitos humanos, o que no caso do Brasil evidenciaria uma distância entre a democracia concebida e a democracia praticada. Ele acrescenta que os direitos do cidadão não existem ou faltam para a população em geral, sendo dispensados pela elite por esta já estar em uma condição privilegiada. O autor ainda diferencia a cidadania oferecida e a cidadania conquistada, defendendo que no Brasil a cidadania é mais um material de veiculação de candidatos eleitorais, como se fosse facultativa ou como se dependesse da “boa vontade” dos representantes políticos. Ao mesmo tempo, o descaso com a educação no Brasil seria a ferramenta que interrompe um possível processo para a um fortalecimento da cidadania e, conseqüentemente, da democracia: a participação popular.

Além da participação popular insatisfatória, também é frequente na literatura estudos que apontam a expressão de constante descontentamento com a política do País. A literatura aponta que esse descontentamento sofre influência de uma cultura jornalística voltada a denunciar escândalos, gerando desconfiança e distanciamento por parte da população brasileira com questões da esfera política e seus representantes (Marcovitch, 2018; Meditsch, 2005; Rodrigues et al., 2012).

Com relação à desconfiança da população relacionada à classe política brasileira, Miguel (2008) sintetiza três diferentes vertentes de explicação para esse fenômeno, destacando que, independentemente da linha de pensamento, a mídia apresenta um papel crucial. São elas: a teoria do cinismo dos cidadãos atuais, em que os políticos são tão bons

quanto antes, mas o público não acredita; a ampliação da percepção crítica da população, que corresponde a que os políticos eram tão ruins quanto hoje, mas o público não percebia; e por fim, uma queda efetiva da qualidade da classe política de forma geral. Independentemente de qual vertente explicativa, o fenômeno que se apresenta diz respeito a um julgamento leigo e intuitivo de uma instituição (a política) complexa e heterogênea. Segundo Marcovitch (2018), o efeito do descontentamento e da desconfiança da população é uma demonização da política pura e simplesmente, sem flexibilidades e exceções. Para o autor, essa é a percepção social brasileira, e tal desencanto pela democracia já é e seguirá sendo um agravador para o cenário político do País.

2.1.2 Educação, ditadura e Escola sem Partido

Além dos tópicos referentes à democracia, o período ditatorial também gerou novos desdobramentos no campo da educação. Foi criada a disciplina obrigatória de Educação Moral e Cívica, que incentivava valores como obediência, passividade, patriotismo, ordem e fé. Esses valores eram explícitos nos materiais escolares disponibilizados para a disciplina e foram consequência de uma reestruturação do setor da educação nesse período. Isso pelo fato de que a educação pré-ditadura passou a ser entendida como dotada de aspectos antidemocráticos, em relação ao que se defendia como democracia durante esta época (Nunes & Rezende, 2008).

Além da inclusão de uma disciplina voltada à moral cívica, também foi excluída a disciplina de Filosofia dos currículos escolares, pois a proposta não era fomentar o pensamento crítico e livre, mas a submissão. Sob influência norte-americana, a educação no Brasil vinha auxiliar a modernização no sentido tecnicista e tecnológico, valorizando então a formação técnica e a implementação da educação profissionalizante em 1971. Sendo assim, não haveria a “necessidade” de uma disciplina de Filosofia nas escolas (Correia, 2007).

Ambas as ações estatais no currículo escolar sustentavam uma ideia implícita de que um currículo que acolhesse demandas para a construção de um sujeito reflexivo, crítico, problematizador, seria inapropriado ao interesse do Estado. Sob essa lógica, a própria disciplina de Educação Moral e Cívica como substituta de uma disciplina que fortalecesse a capacidade problematizadora dos alunos comprova o caráter alienador da educação nesse período histórico do País. A estrutura social da época da ditadura não se sustentaria caso a população obtivesse maior espaço para pensar criticamente sobre o

contexto repressor que vivenciavam. A ordem poderia ser garantida a partir de uma oferta de capacitação braçal, e não crítica.

Após a criação de uma disciplina voltada para a garantia da moral que sustentava o regime ditatorial brasileiro, o tema da política não voltou a aparecer nos currículos escolares brasileiros. Entretanto, a reação contra essa interlocução ocasionou a ausência de algum espaço formal para que alunos pudessem aprender sobre política, de forma apartidária. A reação da intenção de fortalecer identidades cidadãs passivas ao regime anulou a possibilidade de falar de cidadania de forma geral no ambiente escolar.

Atualmente, o contexto político da educação brasileira presencia uma nova tentativa de controle. O que outrora foi vivenciado pelos professores e pelas instituições educacionais na época ditatorial parece reapresentar-se sob um projeto de lei (PL 867/2015), denominado “Programa Escola sem Partido”. Numa revisitação histórica quanto ao exercício do autoritarismo que subsistia durante a ditadura civil-militar, pode-se perceber que os princípios políticos do programa Escola sem Partido são equivalentes aos da ditadura, demonstrando uma esfera de controle que acaba, por si só, sendo antidemocrática. Uma das especificidades durante a ditadura era o controle de conteúdo que professores ministravam. Durante esse período, todos os assuntos que não contentavam os interesses do regime foram censurados (Ramos & Stampa, 2016).

Com um discurso que defende o fim de ideologias e uma suposta neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado, o projeto de lei tem como lema a seguinte frase: “Por uma lei contra o abuso da liberdade de ensinar.” Encontram-se no *site* oficial do projeto¹ as seguintes postulações:

...a exposição, em disciplina obrigatória, de conteúdos que possam estar em conflito com as convicções morais dos estudantes e seus pais, viola o art. n. 12 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, segundo o qual “os pais têm direito que seus filhos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com suas próprias convicções”.

Essas práticas, todavia, apesar de sua manifesta inconstitucionalidade e ilegalidade, tomaram conta do sistema de ensino. A pretexto de “construir uma sociedade mais justa” ou de “combater o preconceito”, os/as professores/as de todos os níveis vêm utilizando o tempo precioso de suas aulas para “fazer a cabeça” dos alunos sobre questões de natureza político-partidária, ideológica e moral.

¹ Disponível em: <<https://www.programaescolasempartido.org/projeto>>.

Diante disso, o projeto – tendo as esferas federal, estadual e municipal abrangidas especificamente – busca o fim da apresentação em sala de aula de certas temáticas que são entendidas pelos seus defensores como subversivas. Ideias como as marxistas ou de cunho de diversidade sexual e de gênero, por exemplo. Além disso, defende o uso de um “Disque denúncia” para a garantia de que os alunos possam denunciar os/as professores/as que não cumprirem tais normas, bem como a colocação de pôsteres informativos desse serviço de denúncia dentro das salas de aula.

Embora se apoie em preceitos de uma noção civil baseada em uma suposta neutralidade, o projeto de lei retira a potencialidade da construção de debates dentro do espaço escolar, afastando o princípio da construção de um campo democrático. Entretanto, não há democracia, nem política, sem um espaço de atividade humana e sem uma discussão acerca do mundo em que desejamos viver, em todos os espaços. Segundo Barros e Pimentel (2012, p. 6), é “o modo como concebemos e perseguimos esse mundo que define o tipo de política que praticamos”. A partir dessa afirmativa, a forma com que o sujeito se posiciona em seu próprio cotidiano e em relação às problemáticas do convívio social é a política que ele exerce. Como pensar num ambiente em que a política não exista? Como garantir que a política seja de todos quando se entende que a política não pode ser exercida por todos? Sob um argumento de neutralidade, a própria política já é negada na proposta de criação de barreiras temáticas no fazer pedagógico. Mais do que isso, para Pereira e Baptista (2016), a escolha do sofisma da neutralidade geralmente é a escolha do lado daquele que oprime, por desvalorizar teorias e entendimentos que vão contra a manutenção de seu espaço de poder e que permitem uma educação que seja autônoma e, portanto, libertadora.

2.1.3 O papel político da educação e a Psicologia da Libertação

A construção de uma subjetividade propriamente política é apresentada por Hannah Arendt (1958/2007) através da ideia de educação como determinante para a conservação do mundo. Mundo este que, para a autora, só existe a partir da condição humana, e, portanto, também da construção do sujeito. O mundo, segundo Arendt, diz respeito às diversas instituições, sociais e subjetivas, que se processam na inter-relação dos seres humanos. Sendo assim, ela afirma que a educação tem a complexa missão de

inclusão dos indivíduos a uma natureza que nos é alheia. A condição humana tem uma responsabilidade: a continuidade do mundo. Portanto, a educação seria a forma de apresentarmos aos jovens estruturas racionais, históricas, sociais e políticas do contexto em que eles vivem, para então, quando forem adultos, estarem apropriados do mundo e propiciarem mudanças através da ação política. Segundo a autora, ainda que não seja essencialmente política, a educação exerce uma função política fundamental: promover o cultivo e o cuidado com o mundo comum (César & Duarte, 2010).

A partir da teoria arendtiana, entende-se que a sociedade é regida a partir de uma lógica de trabalho e de consumo, sendo esta a lógica que explica o comportamento do indivíduo como preso a um ciclo ininterrupto de trabalho e consumo, tendo como interesse dominante a sobrevivência e o prazer imediato. Hannah Arendt chama o indivíduo regido por este mecanismo de *animal laborans* (Arendt, 2007, p. 31). A autora compreende que a política, infelizmente, está a serviço do bem-estar do *animal laborans*, fazendo com que o ciclo se perpetue e seja possível preservar a estabilidade do mundo, em vez de ocupar-se com a liberdade, a ação e os discursos coletivos.

Segundo Arendt, a educação não deve se fechar totalmente no espaço privado. Ao criticar a presença da Psicologia na educação, afirma que a sua inserção nesse espaço ocasionou um incentivo à infantilização e o afastamento das crianças e dos adolescentes dos fenômenos sociais para a preservação de suas capacidades criativas, vivenciando uma pedagogia voltada ao brincar, que atrasa o processo de socialização no espaço público e obstaculiza o estímulo à transformação política. Ela argumenta que a Psicologia permitiu uma espécie de alienação dos jovens, fazendo com que a escola fracassasse em sua missão de mediação entre o ambiente familiar e o mundo adulto e focasse em métodos pedagógicos voltados a questões individuais da criança e do adolescente (sendo esses grupos entendidos de forma essencialista e natural, e não de forma histórica). Isso faz com que os jovens cheguem ao momento em que são considerados adultos ainda de modo infantilizado, em vez de estarem aptos para uma ação na esfera pública (César & Duarte, 2010).

Da mesma maneira, o caráter político da educação é apresentado por Höfling (2001) a partir da ideia de educação como uma política pública social. Por ser uma política pública, é de responsabilidade do Estado, mas deve ser planejada em conjunto com a população. É uma política social, pois é uma instituição que se envolve com o objetivo de redistribuição de benefícios sociais numa tentativa de diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo sistema socioeconômico. Portanto, a educação caberia dentro

deste enquadre de política pública e de política social, por ser um programa que deve ser sustentado pelo Estado e também ter como motivação o mesmo fim que se dá para uma política pública, de diminuição de desigualdades. A autora afirma que num Estado neoliberal as estratégias governamentais são baseadas em políticas compensatórias “voltadas àqueles que, em função de sua ‘capacidade e escolhas individuais’, não usufruem do progresso social” (Höfling, 2001, p. 39). Em outras palavras, quem tem condições de arcar com custos da educação privada, à educação de mínima qualidade teria acesso. Aos demais, isso não aconteceria. As ações neoliberais não estariam voltadas para alterações das relações de poder sociais, efetivamente. Elas acabariam servindo de perpetuação do sistema socioeconômico, mesmo que desigual.

Além do papel político da educação e tendo em vista a construção da cidadania no contexto da juventude, a Psicologia Social Crítica pode servir de ferramenta para compreensão e problematização dos diferentes grupos e populações, seus contextos e de que forma os espaços reproduzem desigualdade e relações de poder. Especialmente tendo em vista a busca que a matriz crítica dessa disciplina tem nos processos de emancipação dos setores que são oprimidos, a partir de interações psicossociais (Wiesenfeld, 2014). Ou seja, existe certo compromisso com a construção da cidadania e de uma subjetividade propriamente política da cidadania, a partir do incentivo ao desenvolvimento de uma consciência crítica e, assim, uma consciência política. E essa discussão é relevante sobretudo em contextos como o brasileiro, por ele ser marcado por imensas desigualdades sociais e precária construção de um espaço público e de educação para a cidadania.

O próprio surgimento da Psicologia Crítica no Brasil foi influenciado pela Psicologia da Libertação de Martin-Baró, em El Salvador. Uma psicologia que foi sustentada também nas ideias de educação de Paulo Freire e que tinha como objetivo defender uma educação conscientizadora. O surgimento de novas disciplinas da Psicologia, mais críticas e que pensassem o fazer psicológico em seus contextos específicos, deu-se justamente sob a forma de contraposição aos regimes militares que vigoravam pela América Latina, que não levavam em conta os direitos individuais da população. Tal contraposição aos regimes ocorreu paralelamente tanto nas áreas mencionadas e em diferentes áreas humanas de conhecimento.

Como operador teórico no campo da Psicologia da Libertação, Martin-Baró (1996) defende que o papel dos profissionais da Psicologia deve, independente das subclasses de atuação, levar em consideração contextos que formulam os fenômenos que estão sendo verificados. Isso porque a Psicologia Crítica entende o sujeito como produto

e produtor de sua realidade. Assim sendo, defende também o sujeito enquanto ser histórico-construído. O autor acrescenta, ainda, que o saber mais importante do ponto de vista psicológico não é o explícito, e sim “esse saber inserido na práxis quotidiana, na maioria das vezes implícito, estruturalmente inconsciente, e ideologicamente naturalizado” (Martin-Baró, 1996, p. 15). A importância está em não desconsiderar o comportamento individual, mas adicionar uma aprendizagem do lugar que indivíduo ocupa e fortalecer esse entendimento para assim, possivelmente, ele materializar seus próprios interesses sociais. Martin-Baró postula que quando o indivíduo compreende quais são os mecanismos que o oprimem e o desumanizam, reorganiza a situação como não natural, permite-se a uma nova práxis que modifica a própria identidade social, permitindo não só descobrir as origens do que é, mas o que pode vir a se tornar. Essa noção já é, por si só, um ato político.

Em congruência com as ideias de Martin-Baró, e pensando na relevância de constituição de um sujeito crítico para o viver em sociedade, Kahne e Westheimer (2003) defendem três formas de existir um bom cidadão. As formas seriam: (1) o cidadão que é pessoalmente responsável e que demonstra sua cidadania através de atividades individuais, como voluntariados; (2) o cidadão participativo, que se envolve em questões da comunidade local e se mantém atualizado sobre assuntos locais e nacionais; e (3) o cidadão com senso de justiça, que, como o participativo, dá ênfase para o trabalho coletivo, buscando melhorias para a comunidade, ao mesmo tempo que mantém uma postura crítica sobre questões sociais, políticas e econômicas. Portanto, um questionamento fundamentado e criterioso sobre a autoridade é essencial para uma “boa cidadania” (Watts & Flanagan, 2007). O engajamento juvenil voltado a uma cidadania com senso de justiça descrita pelos autores também se alinharia à perspectiva proposta por Paulo Freire, a respeito de uma Pedagogia para Libertação (Freire, 1979; 1981). Tanto a perspectiva de Martin-Baró quanto a de Freire têm como intenção desfazer o ciclo de replicação de princípios e um “desfazer” da ideia naturalista da condição dos sujeitos dentro de seus determinados contextos.

Sobre a relação entre política e espaço escolar, Paulo Freire utiliza a noção de “conscientização” para explicar a forma em que se pode gerar certa transformação social, através do que o autor chama de “alfabetização política” (Freire, 1979, p. 88). Para o autor, o analfabeto político seria o indivíduo que possui uma percepção ingênua da realidade social – como um fato dado, e não como algo que está sendo. Esse indivíduo percebe o futuro como algo pré-estabelecido, sendo essas concepções fatores que o

domesticam. Tais concepções negam “os seres humanos como seres da práxis e, ao fazê-lo, negam também a história. Sofrem... da falta de esperança” (Freire, 1979, p. 91). Para que a conscientização aconteça, deve-se passar por um processo ativo de construção crítica acerca da própria existência, e isso só é possível através da noção da “dialogicidade”. O diálogo é o que permite a conscientização de si próprio, do grupo, do entorno e de todos os sistemas e instituições sociais em que os indivíduos estão inseridos. A partir do diálogo crítico, pode-se construir uma liberdade de pensamento e de conscientização das condições naturalizadas previamente por parte do indivíduo – sobretudo no contexto escolar. Freire aponta o caráter político da educação a partir de sua teoria. O autor defende que é a partir de uma pedagogia de diálogo que o educando pode efetivamente ser educado, mas por algo maior do que aquilo que é apresentado no conteúdo acadêmico – é uma postura de mundo. Essa é, para Paulo Freire, a real alfabetização e, assim, a libertação dos indivíduos de suas condições de oprimidos pelo sistema social. A postura crítica constante é a postura de um cidadão ativo.

Dentro do pensamento freireano, a educação deve estar na contramão do que o autor chama de “educação bancária”, termo que ele utiliza para descrever uma educação vertical e depositadora de conhecimento sobre o aluno. A educação deve servir justamente para reforçar o ato de questionar, refletir, criticar e servir para a construção de uma autonomia para as próprias ideias. Para isso, Paulo Freire compreende que o papel do educador é o de facilitador e reforçador desse processo de pensar, para assim propiciar as condições de formação desse cidadão que realmente exerce o papel da cidadania (Pereira & Baptista, 2016).

Entretanto, evidencia-se que a educação (formal) não é e nem deve ser compreendida como o veículo isolado para a promoção de uma sociedade mais igualitária (Mesquita et al., 2016; Baquero & Baquero, 2014). Mais do que isso, Baquero e Baquero (2014) demonstram que países com níveis de escolarização elevados têm se afastado de ideários democráticos, apontando a educação também como uma ferramenta de garantia de sistemas de opressão dentro desses países. Por isso, a Psicologia, sob a ótica teórica da Psicologia Social Crítica, pode servir de instrumento para a finalidade de propiciar novas construções simbólicas que promovam esse envolvimento com a democracia, propondo uma quebra de naturalizações e entendimentos essencialistas sobre os fenômenos sociais para os jovens dentro e fora de espaços formais.

2.1.4 Construção de subjetividade política

Diversos processos podem ser disparados para fomentar a construção dessa subjetividade política. A literatura aponta principalmente para o entendimento sobre a importância e a responsabilidade da família e da escola para a iniciação na vida democrática (Dias & Menezes, 2009; Rizzini, Thapliyal & Pereira, 2007; Baquero & Baquero, 2007; Fuks, 2012). No entanto, está posto que os governos também devem assumir a responsabilidade de garantir a participação de crianças e adolescentes dentro da esfera da cidadania e da democracia. Nessa direção, encontra-se na literatura o argumento de que os programas governamentais desenvolvidos para a participação dos jovens são, de certa forma, produzidos através do olhar adulto sobre a população. Consequentemente, a compreensão de juventude como um grupo é feita a partir de um olhar que homogeneiza, em vez de um entendimento de uma população plural (Rizzini, Thapliyal & Pereira, 2007; Rique et al., 2009).

Seguindo essa ideia, também encontramos a percepção de que a Psicologia enfatiza sua preocupação nos desfechos individuais à custa da atenção a experiências coletivas. Na construção da identidade social e individual, bem como de valores e ideologias que optarão por endossar, os jovens buscam certa concordância entre suas visões, de seus pares e próximos – tanto indivíduos quanto organizações e grupos (Watts & Flanagan, 2007). Mas a Psicologia tradicional não adiciona ao processo as barreiras estruturais para esse desenvolvimento. A questão geracional faz com que os adultos passem às gerações mais jovens uma série de princípios que sustentam um sistema já estabelecido socialmente. Implícito a isso há uma identificação com a ordem social vigente e uma ênfase na replicação das “coisas como são”, em vez de uma atenção às políticas sob forma de contestação de tais visões (Watts & Flanagan, 2007).

Os processos preponderantes para a construção da cidadania são os de investigação, diálogo, produção, circulação e mobilização, cruciais para a participação eficaz na vida democrática. Esse processos podem ser facilitados pelo uso das redes sociais, que fortalecem espaços de construção de vozes e encontros para discussões entre pares. Isso parece ser mais efetivo do que atividades comunitárias (como doações, por exemplo), que, muitas vezes influenciadas pelos professores, podem acabar sendo realizadas de forma desligada de flexibilidade, afastando os jovens de uma maior aproximação com as origens estruturais dos fenômenos sociais (Kahne, Hodgins & Eidman-Aadahl, 2016).

Além disso, as múltiplas formas de viver na juventude também fazem com que coexistam diferentes modos de interação com a política. Existem diversas concepções sobre política: a visão mais clássica, associada à questão eleitoral e dos partidos; uma compreensão de política como algo relacional (na qual tudo é político); e o entendimento de política como ferramenta de transformação social, relacionada à luta pelos direitos. O estudo de Mesquita, Bonfim, Padilha e Silva (2016) demonstra pouca adesão às instituições partidárias por parte dos jovens entrevistados, justificada por uma descrença no potencial das experiências políticas mais tradicionais, em função das notícias veiculadas de escândalos relacionados com políticos. Também constata uma percepção de ineficácia das políticas públicas no combate às desigualdades. Os autores defendem que não necessariamente o desinteresse de envolvimento tradicional com instituições políticas significa alienação ou despolitização, e sim uma crítica a um sistema que não está correspondendo às suas necessidades.

Compreende-se que o fazer política de forma separada das instituições tradicionais e partidárias não deixa de ser uma participação no mundo da política. Os jovens tendem a preferir práticas políticas que sejam alternativas aos moldes clássicos, justificando essas práticas em função da visão da política tradicional como algo ineficaz e corrompido, por vezes irrelevante (Galston, 2001). O que chama-se de práticas alternativas são práticas em espaços em que não há a formalidade institucional, como redes sociais, manifestações, criação de grupos com atividades comuns, por exemplo. Entretanto, a potencialidade desse fazer político encontraria maior influência (de mudança social) se pudesse ser pensada em um espaço de reflexibilidade. O espaço potencial para que tais construções aconteçam pode ser o espaço escolar. A escola pode ser o espaço que ofereça aos jovens não só as ferramentas para compreenderem as reais condições de suas mobilizações, mas também os instrumentos para agirem no interior das instituições formais da política (petições e outros processos burocráticos), no sentido de oferecer os caminhos para que os jovens possam buscar a mudança nas pautas que são de suas realidades.

Como proposta de fortalecer os jovens para que pudessem reivindicar pautas que para eles fossem realmente relevantes, Elyse Eidman-Aadahl criou o projeto *Letters to the Next President*. Nesse projeto, por meio da elaboração de cartas para o futuro presidente norte-americano, jovens foram convidados a pensar sobre as condições sociais e políticas que os cercavam. A autora realizou a pesquisa com os alunos estadunidenses no ano de 2016 (ano eleitoral), com o intuito de dar protagonismo aos jovens nas questões

que para eles eram politicamente importantes, levando-os a se engajarem em uma maior aproximação com o sistema político e uma maior apropriação da situação social do país. Esse projeto utiliza a escrita como um instrumento de agenciamento, por compreender que a possibilidade de expressão escrita permite um processo de subjetivação, de construção de ideias e, assim, de uma identidade política. Todas as cartas foram publicadas no *site* da pesquisa (<https://letters2president.org/>) e estão disponíveis para leitura.

As cartas foram separadas por seções temáticas. Ao todo, a pesquisa coletou 12.836 cartas, e o *site* segue fornecendo materiais e informações para o incentivo da ação cívica por parte dos estudantes, bem como depoimentos de profissionais da educação acerca da importância de os jovens se aproximarem mais do funcionamento da estrutura política do país e de poderem expor as demandas que os representam. Os temas que emergiram nas publicações foram: problemáticas relacionadas ao porte de armas (1104), imigração (1050), educação (826), aborto (768), brutalidade policial (559), custos para acesso à educação (456), abuso de animais (388), meio ambiente (384), direitos LGBTQ (363), universidades (351), terrorismo (326), movimento *Black Lives Matter* (325), discriminação (299), igualdade (297), direitos da mulher (287), falta de moradia (277), pobreza (262), racismo (254), mudança climática (250), mensalidades de universidades (248), saúde (232), poluição (227), dinheiro (214), aquecimento global (210) e instituições escolares (194).

A forma como os alunos se expressaram nas cartas do projeto serviu como uma fonte de aproximação das pautas politicamente relevantes para uma população que, por vezes, sente-se alheia à esfera política (Boghossian & Minayo, 2009). Um exemplo é a carta transcrita a seguir, retirada do *site* do projeto e traduzida livremente pela autora. A carta trata da violência policial, tema constante entre a população americana, principalmente a população negra.

Caro Sr. ou Sra. Presidente,

As estatísticas de tiroteios policiais continuam crescendo, resultando na revolta da sociedade e em protestos contra a ação policial. Numa escala menor há uma perda generalizada da confiança e fé nos serviços de proteção que a polícia supostamente deveria prover. Portanto, policiais precisam ser treinados em psicologia para interagirem com os suspeitos a partir de abordagens mais sutis, para a redução dos tiroteios precipitados.

A brutalidade policial consiste na força policial que oprime e abre fogo contra cidadãos inocentes. Muitas pessoas acreditam que os policiais brancos são racistas quanto a indivíduos negros e atiram, enquanto que muitas outras pessoas teriam perspectivas

diferentes nessa situação. Isso vem acontecendo há décadas e ainda continua acontecendo hoje. A polícia atirou e matou 986 pessoas em 2015.

O jornal *Washington Times* declarou em um artigo: “A polícia precisa aprender mais do que lógicas de policiamento mas também um significado mais amplo sobre o seu papel na sociedade.” Eu concordo que apesar da polícia ser treinada profissionalmente e treinada cuidadosamente para lidar fisicamente com um suspeito, não parece estar preparada para compreender a importância da forma que aborda e age em relação aos suspeitos. O papel dos policiais na sociedade é de nos proteger, e não deveríamos ter medo deles. Mesmo que o suspeito esteja sendo inadequado e faltando com respeito verbalmente com a força policial, a situação não deveria imediatamente resultar em violência.

Muitas pessoas ficam do lado da força policial e muitos ficam no lado da comunidade negra. Dependendo de como as pessoas consentem, podem também alterar o resultado da situação. Por exemplo, na véspera de Ano Novo em Las Vegas, policiais foram em busca e encontraram Keith Childress Jr., um homem de 23 anos que era procurado por muitos delitos. Ele estava desarmado e tinha apenas um celular em suas mãos, mas os policiais abriram fogo e mataram ele após ele recusar largar o objeto. Algumas pessoas podem ficar na posição de que ele deveria ter largado o objeto como solicitado enquanto outros podem se posicionar dizendo que ele não precisava ter sido alvejado. A controvérsia do público só cria mais tensão e faz com que a questão geral fique pior. Essa questão afeta a sociedade, como amigos e parentes de vítimas que são mortas. Isso cria uma má reputação para os policiais como um todo, quando na verdade nem todos são injustos ou racistas. Isso já havia resultado em protestos de cidadãos no passado.

Eu peço que você tome medidas quanto a essa questão. Se policiais forem treinados em psicologia, o número de tiroteios e mortes reduziria. Portanto, isso renovaria a confiança da sociedade na nossa força policial.

Tendo em vista o caráter interventivo do presente estudo, ele se torna relevante ao pensar no papel da Psicologia dentro da esfera da mudança social e da busca por maiores condições de justiça dentro da sociedade. Pensando no processo de construção de uma subjetividade política, esta pode ser entendida como um elemento que permite uma unidade de grupo, além de ser um mecanismo de produção de resistências e reflexibilidade acerca das relações de dominação que investem em características identitárias, homogeneização e normatização (Maciazeki-Gomes, Nogueira, Vázquez & Toneli, 2016). Ao mesmo tempo, pode ser entendida como um processo de mobilização e um elemento de mediação e luta de grupos diversos, assim permitindo tanto transformações objetivas quanto subjetivas nos indivíduos e em diferentes áreas da vida cotidiana. Portanto, uma identidade propriamente política pode ser uma ferramenta para a emancipação através de ações coletivas.

2.2 Trajetória metodológica

Esta é uma pesquisa exploratória de caráter qualitativo. Caracteriza-se como pesquisa qualitativa, pois busca compreender os fenômenos dentro de seus específicos

contextos. O interesse do pesquisador está voltado para a forma com que os participantes interagem com qualquer fenômeno observado. Está mais direcionado às percepções, opiniões e subjetividades da população estudada do que a busca por dados generalizáveis (Gray, 2012).

A pesquisa qualitativa está relacionada às experiências de seus entrevistados, suas construções pessoais. Não tem a pretensão de gerar grandes teorias e narrativas, pois é uma pesquisa que tem como fundamento o caráter limitado em termos locais, temporais e situacionais do material que coleta: “são necessários conceitos sensibilizantes para a abordagem dos contextos sociais a serem estudados” (Flick, 2009, p. 21).

Este estudo se baseará no projeto *Letters to the Next President*, de Elyse Eidman-Aadahl. Tal projeto teve como objetivo fortalecer o desenvolvimento da participação cívica de jovens, propiciando um espaço acolhedor e de apoio para a escrita na juventude, bem como a criação de mídia e a publicação de questões públicas e preocupações por parte dos jovens. Enquanto candidatos e mídia concentraram-se nas questões que eram relevantes ao público eleitoral do ano de 2016, professores e estudantes nas escolas americanas concentraram-se nas questões relevantes para a próxima geração de eleitores.

O projeto *Letters to the Next President* permitiu o agenciamento de jovens entre 13 e 18 para darem voz à suas opiniões e ideias sobre as problemáticas que lhes eram relevantes nas eleições de 2016 e foi construído pelos/as professores/as para professores/as e alunos/as. Como proposta de intervenção, o projeto também proporcionou o engajamento de outros parceiros interessados em apoiar a participação cívica dos jovens.²

Este estudo faz parte de um projeto maior, com a temática de atitudes e posicionamento político em jovens e adultos no Brasil. Tal projeto já está aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFRGS, sob o código 57635315.6.0000.5334.

Duas escolas de Porto Alegre foram contatadas por critério de conveniência. O estudo priorizou que uma escola fosse pública e outra fosse privada, de modo a ampliar a variabilidade do estudo. Em função de a coleta de dados ser realizada através de uma plataforma *on-line*, essas escolas deveriam possuir sala de informática com acesso à *internet*.

A etapa de coleta de dados iniciou-se a partir do contato com uma escola privada, em março de 2017. O contato foi feito diretamente com a psicóloga da instituição, que

² Texto disponibilizado na página do projeto: <<https://letters2president.org/guidelines>>.

pediu que fosse solicitada a autorização dos responsáveis dos alunos para a participação na pesquisa. Também pediu que a oferta de participação fosse feita a todos os alunos de ensino médio. Após a autorização institucional (pela direção da escola, em reunião realizada pela psicóloga), fizemos um convite para os alunos da escola, presencialmente, em todas as turmas de ensino médio. Depois da entrega dos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido, aguardamos o retorno da entrega dos documentos para a psicóloga institucional. Nesse período, houve pouca adesão dos alunos, e foi reforçado o convite por parte da psicóloga em mais duas ocasiões. No mês de maio encerramos e marcamos a data de coleta, no laboratório de informática da instituição. O número de alunos participantes da pesquisa foi 13. Em relação aos professores, foram 5 respondentes do questionário.

Durante o mês de abril, foi realizado contato com uma escola pública, através da vice-diretora da instituição. Após a apresentação da pesquisa para essa profissional, nova reunião foi agendada com o diretor, que autorizou a entrada dos pesquisadores na instituição. Da mesma forma que ocorreu na escola privada, o diretor solicitou que abrissemos para todos os alunos de ensino médio a possibilidade de participarem. Na primeira semana de maio, dez dias após essa reunião, iniciou-se a coleta na escola. A pesquisadora e mais quatro auxiliares realizaram *rounds* com *rappports* para todas as turmas, convidando para a pesquisa. Dessa forma, conduzíamos os alunos para o laboratório de informática para que participassem, quando concordantes. Foram coletados dados de 209 alunos participantes nessa escola.

Os alunos participantes igualmente assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. O estudo seguiu as normativas das Resoluções n. 466/12 e n. 510/16 do Conselho Nacional de Saúde, garantindo os cuidados a serem tomados em pesquisas com seres humanos. Foi garantido o direito da/do participante de recusar-se a participar do estudo, bem como de desistência a qualquer momento da realização da coleta.

A análise de material foi de natureza qualitativa, na qual se utilizou o método da análise temática dos temas que emergiram. Os temas foram discutidos à luz de concepções políticas e da Psicologia Social Crítica levantadas na introdução deste trabalho. O método da análise temática procura identificar e interpretar, *a posteriori*, padrões encontrados nos dados coletados. As etapas seguintes são: familiarização com os dados, codificação, busca pelos temas, revisão dos temas, definição e nomeação dos temas e relatório/análise final (Braun & Clarke, 2006b).

A familiarização envolve ler e reler o material, para tornar-se imerso e intimamente familiarizado com o seu conteúdo. A segunda etapa, codificação, envolve a geração de códigos que identifiquem características importantes do material que possam ser relevantes para responder a pergunta de pesquisa. A codificação envolve codificar todo o conjunto de dados coletados. Depois disso, busca-se agrupar todos os códigos, bem como todas extrações relevantes de dados, para estágios posteriores de análise.

A terceira etapa da análise temática, a busca pelos temas, correspondente ao exame de códigos e materiais agrupados para identificar padrões de significado mais amplos (temas em potencial). Isso envolve agrupar dados relevantes para cada tema em potencial, para que a pesquisadora possa trabalhar com os dados e revisar a viabilidade de cada tema em potencial. A quarta etapa, revisando temas, diz respeito a checar os temas em potencial de encontro com todo o conjunto de dados, para determinar que esses temas falam convincentemente sobre os dados e que respondem a pergunta da pesquisa. Nessa fase, temas são tipicamente refinados, o que às vezes envolve serem divididos, combinados ou descartados.

A quinta etapa, de definição e nomeação de temas, corresponde ao desenvolvimento de uma análise detalhada de cada tema, elaborando o seu escopo e o seu foco, determinando a “história” de cada um. Também envolve definir um nome informativo para cada tema. A sexta e última etapa, escrever o relatório/análise final, corresponde ao momento de costurar a narrativa analítica e o que foi extraído dos dados, contextualizando a análise em relação à literatura pré-existente. Mesmo que sequencial e sendo um pré-requisito, a análise tipicamente é um processo recursivo, repetido, com um movimento para trás e para frente entre cada fase; portanto, não é rígida, e com mais experiência (e menores conjuntos de dados) o processo analítico pode fundir algumas dessas fases (Braun & Clarke, 2006a, 2006b).

Em função da disparidade de resultados, o presente estudo analisou apenas os resultados coletados dos questionários dos alunos da escola pública. Em relação à participação dos professores na pesquisa, o resultado foi oposto ao dos alunos. Num primeiro momento, nenhum dos professores da escola pública concordou em participar da pesquisa, ao passo que na escola privada foram cinco professores participantes. Foi realizado um novo contato com o diretor da escola pública – que também é professor na instituição –, e ele concordou em participar. Da mesma forma, a vice-diretora – também professora da instituição – concordou em responder o questionário. Ao fim do período de coleta, portanto, dois professores da instituição pública participaram da pesquisa.

Para este estudo, foram apresentados os resultados da análise de duas perguntas do questionário dos alunos: a pergunta disparadora, baseada na pesquisa de Elyse Eidman-Adahal, “O que você tem a dizer para o próximo ou próxima presidente do Brasil? ”; e a pergunta “Você sabe o que um presidente faz? Por favor, descreva.”. Após o levantamento, todas as respostas foram tabeladas em uma planilha. Três juízes leram o material coletado e realizaram um levantamento de temas mais relevantes nas respostas dos alunos. Após serem discutidos os temas inicialmente codificados, foi a partir da concordância dos três juízes que se chegou nos eixos temáticos apresentados para análise neste trabalho.

Os eixos temáticos levantados a partir das respostas da pergunta “Você sabe o que um presidente faz? Por favor, descreva.” foram divididos em quatro eixos temáticos centrais: Desconhecimento, Deliberação, Representante e Autoridade. O primeiro eixo corresponde a respostas que eram explícitas quanto ao não saber sobre a prática de um presidente. O segundo, a um entendimento frequente de que cabe ao presidente tomar decisões, sendo estas diversificadas. Subdivide-se essa parte em dois eixos, chamados “Sobre leis” e “Decisões”. O terceiro eixo, “Representante”, é referente às respostas que continham o tema de que o presidente é aquele que representa o povo e o país. O quarto e ultimo eixo, “Autoridade”, diz respeito a respostas que continham um entendimento implícito de detenção de poder na prática do presidente. Os eixos temáticos resultantes da pergunta disparadora (“O que você tem a dizer para o próximo ou próxima presidente do Brasil?”) foram denominados “Descrença”, “Público e privado” e “As pautas”. Este terceiro eixo temático ainda categoriza-se em “Pautas sociais” e “Tripé temático”. O eixo denominado “Descrença” ilustra as respostas que continham um entendimento descrente diante da política como um todo ou ainda quanto aos políticos brasileiros. O segundo, “Publico e privado”, evidencia uma frequência alta de respostas que demonstram, a princípio, confundir as esferas públicas e atributos pessoais, de forma a também colocar apelos morais nas suas cartas para o/a presidente. O ultimo eixo, “As pautas”, foi ainda subdividido. Esse eixo corresponde às pautas propriamente ditas que emergiram nas solicitações dos respondentes. Dentro destas, um outro fenômeno pôde ser observado: a diferenciação entre pautas da agenda política que pareciam estar mais apropriadas nas falas de respondentes e uma espécie de pauta vazia, como que pronta, que evoca uma tríade de temas que são complexos mas que foram apresentados como suficientes em si: seriam as palavras “saúde”, “educação” e “segurança”, apresentadas inclusive na mesma ordem.

3 ARTIGO

Cartas ao futuro presidente: o que dizem os jovens?

Letters to the future presidente: what do youngsters say?

Resumo

Pensando na educação como promotora de cidadania e a Psicologia Social Crítica como uma disciplina emancipatória para a interlocução de engajamento juvenil, política e escola, o presente artigo objetiva compreender de que forma ocorre a construção de cidadania e identidade cidadã com jovens porto-alegrenses estudantes do Ensino Médio. Como método, os alunos foram convidados a elaborar cartas ao próximo presidente, bem como responder a um questionário em uma plataforma online contendo a carta, seguida de sete perguntas relacionadas a política, democracia e cidadania. Participaram da pesquisa 209 estudantes de Ensino Médio de uma escolar pública. Serão apresentados os resultados da análise das respostas para a carta e de uma pergunta sobre a prática presidencial. As respostas foram analisadas a partir do método de Análise Temática. Os temas demonstram descrença com relação a política, a noção da a prática presidencial de forma generalista, que as vezes assume um caráter de detenção de poder. As respostas evidenciaram a produção de um discurso sobre pautas de forma desapropriada com relação à questões políticas. Discute-se que a escola segue sendo incapaz de produzir cidadãos aptos para exercerem seus papéis na sociedade e como tal distanciamento pode ser reflexo da população que se vê descrente da política e também não se apropria suficientemente para gerar mudanças efetivas na educação política brasileira.

Palavras-chave: Cidadania; Política; Juventude; Escola.

Abstract

Thinking about the role of Education as the promoter of active citizens in common spaces environments and the Social Psychology as a subject which encourages emancipation with regard to the dialog between youngsters, politics and school, the present study aims to understand how this process of citizen construction and citizen identity is occurring among High- school students in Porto Alegre, Brazil. The results point out that the detachment between youngsters and politics found in literature is the same way evidenced by the participants. They also demonstrated the use of a set up discourse concerning political topics, evidencing an expropriated approach. The most elaborated political topics presented by a smaller part of respondents concerned security issues, prejudice, inequality, the working conditions for health and education professionals, nevertheless in brief constructions, contrasting with the original project results. This study discusses that the school is still incapable of encouraging the empowerment of citizens that successfully fulfill their roles as citizens in society, as well as how this detachment can be the reflection of the Brazilian major population

Keywords: Citizenship; Politics; Youth; School.

Introdução

A interação de jovens brasileiros com a esfera política pode ser caracterizada por um interesse maior em autorrealização e nas conquistas individuais, sendo as noções de democracia voltadas para algo distante e ideal, de um “como se” político, mas ainda difuso. Além disso, há uma recorrente compreensão de que tal interação não é um tema de interesse por parte dos jovens, sendo baixo o engajamento dessa população em organizações, fóruns, conselhos e projetos sociais voltados à promoção da política (Baquero & Baquero, 2007; 2014; Baquero, Baquero & Moraes, 2014; Boghossian & Minayo, 2009; Dayrell, Gomes & Leão, 2010).

Em relação à participação de jovens na esfera política tradicional, Boghossian e Minayo (2009) demonstram que os estudos sobre essa ocorrência acabam apontando que ou os jovens não participam da esfera política ou então participam a partir de outras perspectivas, independentes de partidarismo político tradicional, como manifestações e agrupamentos de jovens organizados em redes sociais, por exemplo. Isso pode ser explicado pelo fato de que os programas e políticas voltadas à juventude são gerados sob a perspectiva dos atores da política tradicional (como pessoas com cargos políticos, adultas), mais do que nos movimentos estudantis ou juvenis. Os autores discutem a afirmativa de que a opinião dos jovens sobre política está sendo formulada sob o olhar de um observador externo, o que diferenciaria de uma participação política nos espaços onde ela se efetiva.

Encontra-se na literatura que os veículos de acesso à informação mais utilizados pelos jovens são a televisão (83%), os jornais e as revistas (52,7%) e, por último, os professores (13,3%) e os colegas de escola (11,8%) (Dayrell, Gomes & Leão, 2010). Há uma necessidade de nos atermos com maior atenção à questão de por que a escola não mais representa um espaço de referência para captação de informação de qualquer natureza. Sendo assim, a escola não ocupa mais o espaço a ela conferido: acesso e socialização de conteúdos e de formação de sujeitos. Em outras palavras, embora encontremos na literatura o entendimento de que a escola e a educação deveriam cumprir um papel político na sociedade, socialmente não reconhecemos a educação como a detentora dessa missão. Tal cenário aponta, portanto, que os meios de comunicação acabam sendo as novas referências para o pensamento da construção de engajamento cívico dos jovens, uma vez que as instituições formais e tradicionais para a mediação de temáticas da esfera política não parecem ser reconhecidas como as verdadeiras

canalizadoras e mobilizadoras da participação política (Baquero, Baquero & Morais, 2014).

A cultura midiática representa hoje um campo de grande interlocução com o pensamento em relação à política na sociedade brasileira. Esse fenômeno tem um caráter de entrelaçamento importante, que faz com que o pensamento político também seja dependente e subjugado à mídia, uma vez que ela também será sempre reprodutora de um discurso parcial, e não de disseminação igualitária da diversidade de pensamentos políticos. Há um paradoxo entre percepções acerca da consequência que a mídia como instituição pode causar: por um lado, pode ser negativa, pois é parcial e ocasiona uma desmotivação compulsória no governo e na participação política; mas, por outro lado, pode ser ela a promotora da mobilização da população (Baquero, Baquero & Morais, 2014).

Ainda sobre a escola, a instituição escolar parece não estar sendo eficaz em fomentar uma visão propriamente democrática, sendo os jovens pautados por valores individualistas e consumistas que são reflexos do processo de globalização e desenvolvimento tecnológico contemporâneo (Baquero & Baquero, 2007; 2014; Boghossian & Minayo, 2009; Nazzari, 2005). Dayrell, Gomes e Leão (2010) também apontam que as escolas se mostram pouco abertas à promoção de espaços para atividades além dos conteúdos formais, sejam escolas públicas ou privadas, sob o argumento do desinteresse e da apatia dos jovens em face das temáticas políticas. Ao mesmo tempo, também há um índice de que quando essa promoção acontece, os jovens tendem a se envolverem de forma positiva. Portanto, quando proposto, o envolvimento é possível. Embora essa interação não seja facilitada, autores defendem a importância que as instituições escolares têm no processo de introdução dos jovens ao mundo comum (Höfling, 2001; Kahne, Hodgin, & Eidman-Aadahl, 2016).

Se pensarmos que a educação tem uma função política fundamental, podemos também vê-la como um espaço de atuação democrática e promoção de uma melhor interação da juventude com aspectos do viver em sociedade de forma mais participativa. Os jovens são cidadãos muito antes de se perceberem sendo. A escola pode ser a arena para a experimentação da cidadania, suas funções e direitos, de forma eficaz. Essa questão se torna importante na medida em que se entende que a compreensão dos próprios direitos permite uma maior apropriação também dos direitos do outro, maior noção de identidade

coletiva, e maior tolerância às diferenças. Além disso, quanto antes os jovens puderem ser inseridos no funcionamento de uma esfera pública propriamente democrática, mais precocemente se apropriarão de responsabilidades e se reconhecerão como atores que podem gerar mudanças dentro de contextos e situações de suas vidas na sociedade (Kahne, Hodgins, & Eidman-Aadahl, 2016; Rizzini, Thapliyal & Pereira, 2007).

A noção da construção da cidadania, ou a forma como interagimos com as diversas maneiras de participação política em sociedade, possui uma pluralidade conceitual no campo da Psicologia. Ao revisar a literatura, diferentes maneiras de nomear esse tema foram encontradas, como, por exemplo, “educação política” (Baquero & Baquero, 2007) “socialização política” (Castro, 2009; Dias & Menezes, 2009; Baquero & Baquero, 2014), “educação para a democracia”, “educação cívica” (Kahne, Hodgins, & Eidman-Aadahl, 2016) e “subjettivação política” (Castro, 2008). Entretanto, comum a esses modelos é a possibilidade de posicionar os indivíduos de forma ativa no corpo cívico da sociedade, bem como a apresentação da noção de democracia como o entendimento de maior implicação na esfera pública (especialmente no ato de votar, uma vez que boa parte dessas pesquisas é oriunda de países onde o voto não é obrigatório).

Um exemplo de projeto é o *Letters to the Next President*, criado por Elyse Eidman-Aadahl. Nesse projeto, por meio da elaboração de cartas para o futuro presidente norte-americano, jovens foram convidados a pensar sobre as condições sociais e políticas que os cercavam. A autora realizou a pesquisa com os alunos estadunidenses no ano de 2016 (ano eleitoral), com o intuito de dar protagonismo aos jovens nas questões que para eles eram politicamente importantes, levando-os a se engajarem em uma maior aproximação com o sistema político e uma maior apropriação da situação social do país. Esse projeto utiliza a escrita como um instrumento de agenciamento, por compreender que a possibilidade de expressão escrita permite um processo de subjettivação, de construção de ideias e, assim, de uma identidade política. Todas as cartas foram publicadas no *site* da pesquisa (<https://letters2president.org/>) e estão disponíveis para leitura.

A população brasileira ainda expressa uma visão negativa em relação à política. Os adjetivos mais fortemente associados ao político são: ambicioso, esperto (em benefício próprio), insincero, oportunista, embromador, omissor, mal-intencionado, irresponsável, não esforçado, incompetente e sem cultura (Rodrigues, et al., 2012). Diante disso, Rodrigues et al. (2012) sugerem que a síntese da descrença populacional em relação

à figura do político brasileiro deu-se durante a época da ditadura civil-militar brasileira, o que fundou uma cultura de distanciamento da população da classe política.

O tema do presente estudo encontra-se apoiado no entendimento de Baquero, Baquero e Moraes (2016), que evidenciam ser um fenômeno atual no Brasil e na América Latina a reação social negativa perante a democracia, uma vez que o sentimento social de abandono por parte do Estado vem sendo explicitado pela população. Os autores defendem que o setor mais atingido por esse descontentamento é a juventude, cujas crenças sobre política têm sido majoritariamente negativas. Ao mesmo tempo, os jovens são vistos socialmente ou como problema ou como solução futura, mas não como sujeitos protagonistas de uma sociedade.

Sendo assim, apoiado na pesquisa de Elyse Eidman-Aadahl, este trabalho se propõe a explorar a visão de jovens a respeito da política através de suas demandas via uma pergunta disparadora: “O que você tem a dizer para o próximo ou próxima presidente do Brasil?” Busca-se, ainda, compreender qual o entendimento que os jovens têm acerca da função do próprio presidente do País.

Método

Uma escola pública de Porto Alegre foi contatada por critério de conveniência. Em função da coleta de dados ser realizada por meio de uma plataforma *on-line*, essa escola deveria possuir sala de informática com acesso à internet. Após contato com as pessoas responsáveis pela autorização da entrada da pesquisa na instituição, as/os, professoras/es também foram convidadas/os a participar. A instituição solicitou que o convite fosse realizado para todos os alunos do ensino médio, para evitar a seleção de quais alunos fossem participar. Todos os participantes foram informados sobre o caráter voluntário da participação pesquisa, e todos assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). O estudo seguiu as normativas das Resoluções n. 466/12 e n. 510/16 do Conselho Nacional de Saúde, garantindo os cuidados a serem tomados em pesquisas com seres humanos. Foi garantido o direito da/do participante de se recusar a participar do estudo, bem como sua desistência a qualquer momento da realização da coleta.

Serão apresentados os resultados da análise das respostas dos estudantes para a pergunta disparadora, baseada na pesquisa de Elyse Eidman-Aadahl: “O que você tem a dizer para o próximo ou próxima presidente do Brasil?”, e a pergunta “Você sabe o que

um presidente faz? Por favor, descreva.”. Tais perguntas fizeram parte apenas do questionário para alunos. Como método de análise, foi utilizado o método de Análise Temática proposto por Braun e Clarke (2006a; 2006b). Tal análise de material é de natureza qualitativa, feita com os temas que emergiram *a posteriori*. Os temas serão discutidos à luz de concepções políticas e da Psicologia Social Crítica. O método da Análise Temática procura identificar e interpretar padrões encontrados nos dados coletados, a partir de etapas. As etapas seguidas são: familiarização com os dados, codificação, busca pelos temas, revisão dos temas, definição e nomeação dos temas e relatório/análise final (Braun & Clarke, 2006b).

Após o levantamento das perguntas dos 209 participantes na plataforma *on-line*, todas as respostas foram tabeladas em uma planilha. Três juízes leram o material coletado e realizaram um levantamento de temas mais relevantes nas respostas dos alunos. Depois de serem discutidos os temas inicialmente codificados, foi a partir da concordância dos três juízes que se chegou aos eixos temáticos apresentados para análise neste trabalho. As respostas não necessariamente se excluem de um eixo temático ou outro. Isso pode ser percebido tanto na primeira quanto na segunda parte do trabalho. Ocasionalmente, identificou-se que uma resposta tematizada em um eixo se confundia com a resposta tematizada em outro eixo. Sendo assim, a análise geral, em algumas oportunidades, ateu-se apenas a um eixo. Em outras, as respostas também corresponderiam a mais de um. Os autores decidiram arbitrariamente categorizar respostas que pareciam ser mais fortemente ligadas a um ou a outro eixo, mesmo que correspondessem a dois eixos temáticos diferentes.

Resultados

Primeira parte: “O que um presidente faz?”

Com relação à primeira pergunta do questionário, os eixos temáticos constituídos a partir das respostas dos jovens foram: “Desconhecimento”, referente às respostas que expressaram não saber quais são as práticas atribuídas ao papel do presidente; “Deliberação”, que se subdivide ainda em dois subeixos, sendo o primeiro “Sobre leis” (que acolhe as respostas que apresentaram no seu conteúdo um entendimento de que caberia ao presidente participar das propostas, aprovações, vetos e criação de projetos), e

o segundo, “Decisões” (que corresponde a respostas que compreendiam a prática do presidente como aquela que é responsável por decisões de uma forma pura, generalista). O terceiro eixo, “Representante”, corresponde às respostas que defendem o papel do presidente como representativo do povo e do país. O quarto e último eixo, denominado “Autoridade”, diz respeito às respostas frequentes que explicaram a prática do presidente como alguém que manda, comanda, governa, num entendimento de que ele seria o detentor do poder total.

- Desconhecimento

Ao serem questionados sobre sua compreensão acerca do que o/a presidente faz, 47 participantes da pesquisa expressaram não saber. Esse número corresponde a 22,48% dos respondentes. Diferenciaram-se, ainda, as respostas puras e as expressões de desconhecimento com tentativas de explicação. Por exemplo: “Não tenho total certeza, acho que cuida da economia, educação, necessidades do país e nos representa lá fora, tem a palavra final nas decisões em relação ao país.”; “Exatamente não. Mas acredito que tome decisões importantes para a sociedade, pensando no melhor para todos.”

- Deliberação

Os participantes que evidenciaram um entendimento deliberativo corresponderam a 68 das respostas coletadas, sendo 32,53% do número total. Esse número significativo de respostas correspondeu ao tema das decisões, fossem elas relacionadas à elaboração de leis e projetos federais ou a decisões puras, conforme diferenciado nos subeixos a seguir.

Sobre leis

Este subeixo, que corresponde a 44 participantes e, portanto, 21,05% das respostas, refere-se a uma ideia de que o que cabe ao presidente, prioritariamente, seria a participação na decisão, na elaboração, na proposição e no veto de leis. Por exemplo: “De maneira simples, um presidente tem o cargo mais alto na política porém sua jurisdição é pequena comparada ao de outros cargos, visto que existe todo um processo de aprovação de leis e o presidente não pode prometer alguma lei sendo que ele não tem o poder de

aprovação.”; “Eu sei que ele não tem o poder absoluto sobre as questões políticas do país, mas por ele passam as leis federais para ser aprovadas, assim como, ele pode propor leis para ser aprovada pelos deputados, senadores e etc. Ele também escolhe os ministros.”

O padrão de respostas evidencia uma noção, não errônea, de que o presidente participa no desenvolvimento de leis e também a noção de uma arena de participação maior – com relação aos três poderes, a noção da necessidade de outros atores para tais decisões acontecerem, e que o presidente não teria o poder absoluto para tomar decisões independentes: “O presidente basicamente faz as leis e decide o rumo das coisas.”; “O presidente cumpre o papel de executar as leis do país.”

Decisões

Houve respostas recorrentes que evidenciaram que a prática profissional do presidente é tomar decisões, puramente. Essas respostas correspondem a 24 do total, equivalendo a 11,48% das falas nos questionários: “Ele administra o país e toma as decisões importantes.”; “Acho que o presidente toma as decisões importantes sobre o que acontece com o país.”

O central neste subeixo é que, de uma forma ou de outra, o papel do ou da presidente seria de tomar as decisões. Decisões difíceis, decisões compartilhadas com ministros, mas o papel centraliza-se na ideia de tomada de decisões, puramente.

• Representante

Em 24 respostas do questionário (11,48%) as falas continham o entendimento de que cabe ao presidente ser aquele que representa. Ou que ele seria o povo brasileiro dentro do Brasil, ou então o País em interações com outros países. Alguns exemplos: “Ele representa o Estado seguindo suas propostas e a política de seu partido. Tem grande influência sobre menores cargos políticos. São muitas coisas na real acho que um presidente deveria representar a democracia mas infelizmente isso não tem acontecido pois apenas a elite lidera esse país.”; “A princípio, cuidaria e ajudaria seu país. Mas sabemos que jamais veremos isso de um jeito puro sem influências. Acho que o presidente tem como ideia primaria representar o país com suas escolhas.”; “O presidente seria a pessoa que nos representa no plano político, nós votamos nele para trazer melhorias e nos representar da melhor forma e botar em prática tudo que necessitamos em nosso país”;

“Representa o país e com a ajuda dos outros políticos abaixo dele tentam melhorar o país.”

- Autoridade

Este último eixo temático representa as respostas que continham um entendimento de que o presidente seria aquele que tem o papel de mandar, comandar, administrar. Em maior frequência, pôde ser observado o entendimento implícito de que ele é o detentor do poder absoluto no país. Houve falas excepcionais que apresentaram um discurso que concebe o presidente como aquele ou aquela que cuida do país. O presente eixo temático foi compatível em 65 das respostas, representando 31,10% da amostra. Exemplos: “Basicamente, comanda um país.”; “Controla o país de acordo com suas regras.”; “Sim, ele tem controle sobre todo o governo impõem regras, acordos, ele tira e dá tudo que o povo brasileiro teve ou pode vir a ter.”; “Basicamente um presidente ‘toma conta’ de um país.”

Segunda parte: “O que você tem a dizer para o próximo ou próxima presidente do Brasil?”

Em relação à pergunta disparadora, “O que você tem a dizer para o próximo ou próxima presidente do Brasil?”, os temas centrais emergentes se apresentaram em torno de três seções diferentes: a primeira, chamada de “Descrença”, foi relacionada à forte descrença com relação à política, que por vezes foi acompanhada também de uma noção de reconhecer o político, a política e o sistema inteiro como ineficaz e que o que falta é cumprir o que está minimamente previsto. O segundo eixo temático foi denominado “Público e privado”, que corresponde a uma incidência de respostas que parecem, a princípio, confundir atributos pessoais com a prática pública, de forma a também, por vezes, ser colocado um apelo moral sobre as práticas do presidente e as solicitações feitas a ele. O terceiro e último eixo temático foi chamado de “As pautas”, que corresponde diretamente às pautas levantadas nas solicitações dos alunos participantes. Esse terceiro eixo é ainda subcategorizado em função de que, quando pautas políticas foram explicitadas, ainda se diferiram entre pautas sociais, mais propriamente categorizadas nas respostas, e pautas vazias, constantemente apresentadas de forma unificada e, inclusive, mencionadas na mesma ordem, denominadas “Tripé temático”.

- Descrença

O eixo temático denominado “Descrença” se apoiou no dado de que, dos 209 alunos respondentes da pesquisa, 63 expressaram um sentimento importante de descrédito e descrença com relação a diferentes elementos do mundo político. Esse grupo corresponde a 30,14% dos respondentes. As respostas dentro desse eixo demonstram um forte desinteresse em solicitar qualquer questão ao próximo ou próxima presidente do País, pois talvez não fosse algo que surtiria efeitos. A expressão de que o que deve ser feito pelo presidente é apenas cumprir a sua própria agenda e/ou propostas durante o período eleitoral evidencia-se com frequência. Tal posição ajuda a mostrar um entendimento, por parte desses jovens, de que a política é algo ineficaz e que não merece o investimento da atenção deles, bem como a ideia do político como alguém que não cumpre, que mente e engana para conseguir votos da população, e que atua em benefício próprio. Houve respostas que envolveram uma descrença com relação à política brasileira como um todo, respostas que apresentaram uma descrença quanto aos candidatos e/ou políticos em geral, e uma descrença com relação à situação do País. Um exemplo desse eixo: “Atualmente eu não tenho ideia de quem eu votaria ou simplesmente apoiaria nesse ano, os pré-candidatos em geral são o pouco do mesmo, apenas dizendo o que o povo quer ouvir.”

O trecho evidencia uma ideia de que o que o próximo ou próxima presidente precisa realizar é justamente o que propõe realizar. Como se o esperado fosse o contrário. Apresenta-se, também, uma crítica com relação à percepção de que os candidatos não serão eficazes para os fins a que se propõem, que prometem apenas para se elegerem, para ocuparem um cargo para benefício próprio, e não para exercerem um papel representativo. Esse mesmo argumento é frequentemente evocado, bem como uma imagem construída do político brasileiro como alguém que não merece confiança. Alguns exemplos: “Que cumpram o que forem prometer nas eleições, pois dizem coisas e na verdade não cumprem com o que falam. Fazem apenas propagandas enganosas.”; “No momento não temos alguém de confiança para assumir a presidência do Brasil, porque ou nossos candidatos tem algum envolvimento com corrupção ou não tem ideias boas.”

O trecho a seguir evidencia uma ideia de que o político deve apenas cumprir com o prometido. Esse argumento transparece uma noção de que o normal, o esperado em relação à figura do político é de não cumprimento. A/o participante também argumenta que, em função dessa visão sobre os candidatos, pretende postergar ao máximo o

exercício de seu papel como cidadã/ão (voto), pois ele não traria mudanças: “Que cumpra a sua promessa e realmente faça o que prometeu, não ajude o próximo/quem necessita somente na época eleitoral, que é quando precisa de voto, porque depois disso eles pensam apenas neles, em como roubar mais dinheiro, eu tenho 16 anos, e já poderia votar nesse ano, mas quero adiar ao máximo isso, pois não existe mais político bom.”

Outra questão observada nas respostas deste eixo é de que, se não há político bom, e se a política se mostra ineficaz, isso já se apresenta implicitamente como uma forma de explicar a falta de opinião sobre o que precisa ser feito ou solicitado. Este eixo temático deixa em aberto se, através de um argumento de descrença, os jovens realmente conseguiriam se expressar sobre pautas sociais que eles compreendem como significativas: “Acho que as opções, apesar de diversificadas, levam basicamente a um mesmo ponto. Apesar de já ter feitos algumas pesquisas sobre a maior parte dos candidatos à presidência, não vi nenhum que se compatibilize com a minha pretensão.”; “Que dependendo do candidato a ser eleito, o Brasil vai decair muito em algumas várias questões.”

Outra modalidade de respostas dentro deste eixo correspondeu às respostas que expressaram um desinteresse puro pela temática da política ou em solicitar qualquer coisa a um ou uma presidente. Por vezes, sob o argumento de que “não adianta”, ou não faz diferença, os respondentes não fizeram qualquer solicitação ou crítica que apresentasse um conteúdo objetivo, conforme evidenciado nos trechos a seguir: “Política não é relevante para mim”; “Boa sorte, porque vai ser difícil”; “Não tenho muito a falar sobre pois não me interessa tanto em política, não dou tanta bola assim skrtt gang gang bro 777”.

• Público e privado

Este eixo temático corresponde às solicitações que, por vezes, deram mais ênfase a apelos morais e atribuições pessoais para o cargo público. Tais solicitações apareceram em 62 respostas, compreendendo 29,66% das afirmações. Foram respostas que apresentaram um contexto moral e individualista com relação à prática do ou da presidente. Da mesma forma que o eixo anterior, “Descrença”, este eixo apresenta respostas que solicitam honestidade e o fim da corrupção. Junto com essas solicitações, apresentam-se solicitações de “adjetivos”, como ser empático, justo, sensato, ter conhecimento. Por exemplo: “que faça um trabalho honesto”; “que seja uma pessoa

honesto e que de direito iguais a todos”; “só espero que não tenhamos mais tantas brigas e conflitos”; “Eu diria que os últimos presidentes do Brasil foram o reflexo do que é a nossa sociedade, a qual a maioria das pessoas pensam em sair ganhando independente da situação, em sempre acharem um jeito mais fácil de conseguirem as coisas, e quando são pegas no ato tentam de tudo para culpar outro alguém e não admitirem o que fizeram, sendo assim, corruptos. E pediria para esse nosso próximo representante não ser o que a maioria é, pois acredito que assim como a nossa sociedade influencia na nossa política (pois nossos políticos antes de serem políticos são cidadãos brasileiros), acredito que um bom e honesto representante iria influenciar na nossa sociedade, como uma imagem de alguém bom para se espelhar.”

O último trecho apresentado é um dos poucos que mostram uma maior qualidade de texto. Essa “carta” pode servir como ilustração para evidenciar uma crença de que o ser político no Brasil é, da mesma forma, o ser cidadão no Brasil. O apelo moral também aparece quando o/a participante diz que deveria caber ao presidente da nação ser “bom”, “honesto” e servir de exemplo para a sociedade brasileira. Ou seja, mesmo que a nossa cultura cidadã seja moralmente inadequada, o presidente é aquele que deve ser o modelo para a sociedade.

- As pautas

O eixo temático denominado “As pautas” correspondeu a 71 respostas ao questionário, equivalendo a 33,97%. Esse eixo foi ainda subcategorizado em dois eixos menores: “Pautas sociais” e “Tripé temático”. Optou-se por essa subcategorização em função de compreendermos que, conforme foram sendo levantados os temas mais relevantemente evocados nas respostas, dois fenômenos ocorreram: o primeiro corresponde às respostas que apresentaram as demandas dos jovens de forma geral. O segundo foi a frequente evocação de uma forma de expressão na condição de “tema único”, em que as respostas apresentavam um mesmo padrão de escrita. Estas correspondem ao “Tripé temático”, que será explicado a seguir.

Tripé temático

Os campos da educação, da saúde e da segurança foram mencionados em uma importante parte das respostas coletadas. Entretanto, a forma na qual foram evocadas com maior frequência essas três palavras evidenciou uma espécie de “pauta vazia”. Diferentemente das respostas apresentadas na seção posterior, em que esses campos foram mencionados com maior propriedade, houve respostas que uniram os termos “educação, saúde, e segurança” de forma não exemplificada, mas sempre unida. Foram 32 as respostas do eixo “Tripé temático”, correspondendo a 15,31% das respostas no questionário. Alguns exemplos: “Que os próximos governantes do nosso país se preocupem mais com a população e não com si próprios, invistam na saúde, educação e segurança que estão precários no nosso país.”; “Espero uma pessoa com consciência que ajude quem precise e faça coisas que possam mudar a segurança, saúde e educação do nosso país.”; “Não tem como saber ainda não tem nenhum que passe confiança pro povo brasileiro, só espero que dê prioridade para a educação, para a saúde e para a segurança do país e não roube como os outros sempre fazem.”; “Que ele priorize a educação, saúde e segurança, principalmente a educação que é o que fará o país melhorar.”

Este subeixo torna-se relevante em função de que esse padrão de resposta não parece ter, à primeira vista, maiores construções acerca das necessidades das áreas mencionadas. Quando o Tripé é evocado, fica-se em dúvida quanto a qual investimento é necessário no campo da educação ou de que forma se pode ter mais segurança, ou ainda, o que falta de melhorias para a área da saúde – diferentemente do subeixo posterior, em que respostas que versaram sobre as mesmas áreas trouxeram com maior clareza aquilo a que se referiam.

Pautas sociais

O subeixo temático “Pautas sociais” corresponde às respostas que continham, dentro da escrita, um conteúdo que se aproximasse com pautas efetivamente sociais. Foram respostas que continham um direcionamento para o que poderia ser feito, melhorado ou ser modificado pelo presidente. As respostas que apresentavam algum conteúdo nessa perspectiva corresponderam a 39 no total, 18,66% das respostas coletadas. Dessas respostas, um tema frequente foi o da diminuição de desigualdades, como exemplificada nessa resposta: “Tenho consciência de que administrar um país como o Brasil não é fácil. Por isso é necessário que o (a) senhor (a) tenha uma equipe competente para tal, uma equipe com capacidade para lidar com as finanças do país sem

se despreocupar com a situação de sua população. Um (a) presidente necessita ter o mínimo de capacidade e conhecimento para poder administrar um país. Porém, não adianta ter o conhecimento e colocar o país no topo. Se para isso seja necessário um descaso com as diferenças sociais nele presentes. Criar uma economia baseada na diferença entre classes sociais sempre irá criar pobreza e sofrimento.”

Essa resposta evidencia uma preocupação com um formato econômico baseado nas desigualdades sociais e um posicionamento crítico diante disso. Tal posição quanto às dificuldades sociais foi uma pauta presente e também pode ser ilustrada em outra resposta, que apresenta ainda a pauta da diminuição da desigualdade para a diversidade sexual e de gênero, bem como para a racial. Quanto à questão da raça, ainda surge o posicionamento da importância de um currículo escolar que abarque questões do histórico étnico-racial do povo brasileiro: “Para se importarem com as pessoas de baixo porte. Negros com sua história passada no colégio para saberem sobre seu passado e suas condições nesse mundo, saberem os perigos que correm e por quê. Que eles façam do Brasil um país mais justo com os que gostam do mesmo sexo/mulher e negros!”; “Que ele (a) tenha mais atenção às questões sociais como de lgbtfobia, feminicídio e racismo. Que preste mais atenção nas mortes de jovens negros nas comunidades brasileiras e que dá mais poder ao Estado e menos poder às questões privadas que têm interesses alternativos aos da população.”

O trecho a seguir soma-se à crítica anterior da desigualdade, mas sob uma crítica à discriminação. Além deste, também surge o argumento da necessidade de maior oferta empregatícia e mais direitos para a população de classes socioeconômicas desfavorecidas. Essa solicitação aparece com frequência. O trecho a seguir apresenta, ainda, um apoio positivo ao programa do governo federal “Minha Casa Minha Vida”, para subsídio de moradia para a população de baixa renda econômica. O/a respondente também defende a construção de mais presídios, trazendo, portanto, uma preocupação com segurança: “Que o Brasil precisa ser bem melhor do que está agora e muitas coisas precisam melhorar, que ele não deve roubar dinheiro da população, que o país deve ser administrado de um jeito melhor, que as pessoas com pouco dinheiro e estabilidade devem ter mais direitos, que tenha mais vagas de emprego, que tenha mais casas feitas no programa minha casa minha vida, que sejam construídos mais presídios e que o Brasil seja um lugar mais seguro e sem qualquer tipo de discriminação.”

Além da temática da igualdade e da segurança, expressadas de formas múltiplas, houve respostas que continham uma crítica à inflação, à taxação de impostos e à

dificuldade de acesso a recursos para a população com menores condições financeiras. Esse tema pode ser verificado nos trechos a seguir: “Espero que ele melhore a segurança do país, e colabore para que o povo pague menos impostos”; “ Que invista nos direitos de pessoas com renda baixa e na melhoria da saúde, de escolas, impostos... Que os preços dos alimentos sejam de acordo com a renda brasileira. E que a inclusão social seja garantida em qualquer estabelecimento.”

Em relação ao que é chamado de “crise”, percebeu-se uma frequência maior de respostas. São frequentes as respostas que apresentam um entendimento implícito, ou já dado, de uma crise atual. Entretanto, não se verificou em nenhuma resposta uma explicação pontual ou definitiva quanto à qual crise os/as respondentes se referiam: “Tenho a dizer que apenas ajeite as coisas e que o Brasil saia desta crise que estamos passando hoje em dia.”; “Por mais que pareça que não tenha saída, ele (a) vai ter que dar algum jeito pra tirar-nos dessa crise.”

Soma-se às pautas presentes nas falas dos entrevistados uma preocupação frequente com a estrutura oferecida pelo Estado tanto para as condições físicas quanto para o reconhecimento dos profissionais da educação e da saúde. Em relação a isso, a estrutura física dos hospitais, a necessidade de construção de mais postos de saúde e a melhoria das condições de trabalho dos profissionais dessa área também foram mencionadas: “A população implora por educação, saúde e segurança, estamos em estado de urgência o país está um caos há tempos, e a solução não é breve mas tudo tem um começo, precisamos de projetos mais amplos para a educação para jovens e crianças continuar com esse processo, com educação fazemos uma população mais ética e também em partes mais educada, precisamos de uma maior atenção aos nossos professores, onde nossa classe é muito desvalorizada e principalmente a base da educação que é a família, a saúde poderia ser mais rápida, com aumento de médicos e profissionais para a área, criação de novos hospitais e postos de saúde, com a educação fazemos a segurança melhor, além de uma maior valorização dos profissionais na área, assim como na educação.”; “O que tenho a dizer sobre o próximo presidente do Brasil é que seja mais responsável e valorize mais os direitos de cada um dos seus habitantes que habita, acho que o Brasil seria melhor com mais recursos financeiros entre outros, escolas abertas aos fins de semanas, uma estrutura melhor e uma rede de saúde mais privilegiada. ”

Discussão

A partir de ambas as perguntas apresentadas, foi possível constatar que esse grupo de jovens tem uma relação tênue com a esfera política. Seja pelo argumento da descrença, mais facilmente evidenciado pela pergunta disparadora, ou então pelo desconhecimento da prática do cargo presidencial.

Acerca da pergunta disparadora (“O que você tem a dizer para o próximo ou próxima presidente do Brasil?”), parte dos respondentes manifestou o entendimento de que a política não vale o investimento, uma vez que o resultado da prática política não oferece as melhorias que são prometidas à população. Sendo assim, não se aproximam, a ponto de por vezes apresentarem dificuldade de responder sobre o que caberia ao presidente realizar. Quanto aos demais eixos temáticos da segunda pergunta (“Você sabe o que um presidente faz?”) – “Deliberação” e “Representante” –, as respostas não estavam erradas. Cabe ao presidente do país o encargo deliberativo e de representar a população dentro e fora do território brasileiro. Mas o presente trabalho chama a atenção para a pobreza substancial nas respostas dos jovens. Foram respostas sempre simples, por vezes com incertezas, e generalistas. A forma na qual essas respostas foram elaboradas também pode servir de confirmação para o argumento que vem sendo discutido, de que há um distanciamento dessa população em relação à classe política e que, indiretamente, ela acaba por ser afastada da ideia fundante da democracia: a participação popular.

Em comparação com os respondentes da pesquisa do *Letters to the Next President*, chama atenção o empobrecimento das respostas brasileiras. Os alunos participantes dos Estados Unidos demonstraram um apelo político nas suas constatações, mas não só isso. Foram respostas com maior propriedade, respostas que, mesmo quando com conteúdo contrário ao governo atual, eram fundamentadas criticamente dentro das visões políticas do que era relevante para cada jovem. Mesmo demonstrando sua descrença, as cartas eram embasadas com pautas de suas realidades, críticas a representantes políticos de seus territórios, problemáticas atuais e que eram condizentes ao cargo presidencial. É possível pensar que, talvez, sob o argumento da descrença, a população justifique uma cultura de distanciamento, que também a impede de compreender até as razões de tal ceticismo. O presente estudo questiona se a própria descrença pode estar sendo o pretexto para o desconhecimento, servindo, assim, de encobrimento para a alienação política.

Deve-se levar em consideração os diferentes contextos sociais existentes entre Brasil e Estados Unidos. Em relação ao país do projeto original, há uma preocupação por parte do Estado de que a população tenha maior interesse no envolvimento com políticas participativas em função de garantir o envolvimento também no período eleitoral do país

(Adolina, Jenkins, Zukin & Keeter, 2003). Sendo o voto facultativo, o Estado norte-americano investe em práticas de engajamento cívico no ensino público e privado. Kahne, Hodgins e Eidman-Aadahl (2016) partem do ponto de uma estrutura educacional que já tem espaço para tais investimentos. Problematizam a era digital como grande responsável para o agenciamento e a voz dos jovens e a importância dos educadores se qualificarem para também proporem engajamento por meio dessas ferramentas de forma democrática. Isso não é uma realidade no contexto brasileiro. A educação brasileira não tem, curricularmente, a garantia de uma disciplina que verse sobre aspectos de participação política.

Talvez seja em função desse distanciamento da visão de “educação como comunidade” (Kahne, Hodgins & Eidman-Aadahl, 2016) que no Brasil não se exerça institucionalmente o propósito democrático da educação. Constatase que uma possível reação do momento histórico da ditadura no Brasil tenha vindo a influenciar na retirada de disciplinas que versavam sobre política dentro das escolas. Após o fim do período ditatorial, a disciplina de Educação Moral e Cívica – na época com seu viés conservador e com um conteúdo pró-regime – não foi substituída por nenhuma outra. Talvez o tabu relacionado a uma disciplina de educação para a cidadania deva-se ao fato de que, na última vez em que ela foi proposta, havia um atravessamento de controle social quase explícito.

As pautas sociais elaboradas nas respostas analisadas continham o tema da diminuição de desigualdades (sociais, étnico-raciais, diversidade sexual e de gênero), segurança, preocupação com oferta empregatícia, taxação de impostos, preocupação com as condições da saúde e da educação e preocupação com a “crise” que paira no discurso social em que estão inseridos. São temas do cotidiano de jovens brasileiros, mas são apropriações breves, que fazem pensar novamente no argumento de Marcovitch (2018) sobre uma posição de opinião leiga e não propositiva (sem compreender os mecanismos institucionais para que suas posições possam ser levadas a cabo). São pautas políticas e assuntos politicamente relevantes. Entretanto, é difícil versar de forma reflexiva e crítica sobre pautas políticas quando pouco se entende sobre elas ou, ainda, sobre o que se pode fazer a respeito delas. Da mesma forma, é difícil participar ativamente de uma democracia quando pouco se sabe sobre como fazê-lo.

Outro ponto que merece destaque é o eixo temático denominado “Autoridade”. Tal eixo correspondeu a um entendimento de que, como ilustrado anteriormente, houve uma frequente compreensão implícita de que o presidente é o detentor de um poder soberano. Esse eixo evidencia uma crise do que é de mais significativo para uma democracia: o poder do povo. Evidencia a possibilidade de estarmos, como sociedade, formando jovens passivos e aptos à obediência, o que outrora era esperado por essa população para a garantia de um regime ditatorial. Diante dessa questão, não podemos outorgar puramente à escola a responsabilidade de algo que parece ser, *a priori*, maior do que ela própria. Em relação a essa questão, o resultado apresentado no eixo encontra apoio no estudo de Vilanova, De Souza, Koller e Costa (2018), que discute, mesmo que indiretamente, as características do autoritarismo de direita no Brasil. Tal estudo mostra que mesmo as pessoas que se classificam como sem partido possuem alto grau de autoritarismo no contexto brasileiro. Um dos componentes desse autoritarismo é a submissão às autoridades expressas pela resposta afirmativa a itens como “O segredo para uma boa vida é a obediência àqueles que estão no controle”, ou então “As autoridades devem ser obedecidas porque elas estão na melhor posição para saber o que é bom para o país” (Vilanova et al., 2018, p. 1316). Dessa forma, pode-se pensar que os jovens expressam uma crença em relação ao papel do presidente, no sentido de controle, mando e centralização de tarefas, que pode estar relacionada a esse autoritarismo e essa submissão a autoridades, latentes em nossa cultura.

O tema da submissão também encontra sustento a partir do estudo de Meditsch (2005), que demonstra que a política brasileira acaba sendo apoiada em uma estratégia de “desinformação”. O autor argumenta que a desinformação parte desde a escolha do que é veiculado pelos políticos em épocas eleitorais, que é dissociado dos documentos impressos de suas coligações. Não é apenas a mediação jornalística que se abstém de informar integralmente a população, mas os próprios políticos o fazem. O conteúdo das propostas dos candidatos por meio da televisão e do rádio estão mais associados a intentos genéricos do que a pautas concretas. Em outras palavras, o debate político é empobrecido mesmo quando não passa pela mediação jornalística: “A frase ‘esqueçam o que eu escrevi’... não se torna apenas um lema recorrente da elite política brasileira ao chegar ao poder, independentemente da posição ideológica de origem, mas também, aparentemente, uma estratégia eleitoral vencedora.” (Meditsch, 2005, p. 43).

A respeito dessa desinformação como estratégia, pode-se pensar em outro fenômeno observado nos resultados do presente estudo: o “Tripé temático”. Qual o

fenômeno que poderia explicar a evocação, de forma padronizada, de três eixos relevantes às pautas políticas? O presente trabalho questiona se a síntese desse discurso pronto que evoca educação, saúde e segurança de forma “pronta” não seria justamente o reflexo da desinformação política da população brasileira, particularmente a população jovem. Evocar esse tripé garante, tanto ao leigo quanto ao político, uma enunciação que tem contato com instituições que são de responsabilidade e cuidado da classe política. Tal argumento não quer dizer que as preocupações com essas áreas não devem ser tomadas como relevantes. Entretanto, pode-se questionar se o “Tripé temático” não preserva a população de um real contato com pautas importantes para suas próprias realidades.

Anteriormente, foi levantada a questão de que a descrença poderia estar servindo para o encobrimento de uma alienação. Da mesma maneira, o “Tripé temático” pode estar desempenhando a mesma função. Os resultados apresentados são insuficientes para comprovar a tese do encobrimento. Ainda que a hipótese seja plausível, mais estudos seriam necessários para tal comprovação. Essa ideia assume importância ao compreendermos que a desconfiança e o desinteresse da vida pública tendem a minimizar quando há um aumento do conhecimento acerca da política e o que é ser cidadão (Galston, 2001).

Em contrapartida, a literatura acadêmica evidencia causas para a existência de uma cultura de descrença e contragosto com relação à política. Essa descrença, apoiada na ideia de política para políticos apresentada por Rodrigues et al. (2012), também encontra apoio nos resultados de ambas as perguntas. Os autores dão à época da ditadura civil-militar a condição de marco inicial desse sentimento descrente. Afirmam, ainda, que enquanto a sociedade brasileira assistia a parlamentares quase sem função, dedicando-se a um ócio cada vez mais bem remunerado e com vantagens acumulando-se com o passar dos anos, a descrença com a classe política tomou maior proporção. Sendo assim, a política passa a ser praticada para si mesma: “o país pode ir mal, o partido, não” (Rodrigues et al., 2012, p. 7). Eles também comentam sobre a influência da mídia, que mais frequentemente associa ao ofício dos políticos citações maliciosas e depreciativas, ao invés de positivas.

É comum na literatura a exposição de que a cultura midiática influencia no distanciamento da população geral com a classe política, seja pela “desinformação (Marcovitch, 2018; Meditsch, 2005; Rodrigues et al., 2012). Para Marcovitch (2018, p. 9),

Atualmente o jornalismo investigativo revela, com exatidão e esmero, disfunções da sociedade. Excessos na difusão desses conteúdos afetam a ideia de pertencimento dos brasileiros e afastam os jovens da vida política. Será necessário um contrapeso que não projete a imagem de um país generalizadamente corrompido e insolúvel.

O autor critica a forma como se faz, no Brasil, o jornalismo sobre política. Para ele, as consequências da negatividade da mídia sobre o público receptor, o discurso político e a opinião da sociedade é de extrema relevância. Defende ainda que um jornalismo investigativo com posturas mais equilibradas ganharia maior credibilidade da população, além de poder oferecer alternativas para as disfunções que excessivamente denunciam.

Em relação ao eixo temático nomeado “Público e privado”, pode-se ilustrar tal ocorrência a partir do que Sérgio Buarque de Holanda (1936/2013) caracterizou como o “Homem Cordial”. O fenômeno apresentado nos resultados evidencia uma tendência, característica da cultura brasileira, a sobrepor questões particulares a situações da esfera pública. O autor critica a dificuldade do brasileiro em diferenciar a sua postura no espaço comum, e a tendência de colorir com afeto (privado) todas as relações sociais que estabelece. Dentro da crítica à hibridização dessas esferas na cultura brasileira, há também uma crítica explícita da mistura entre a esfera da família com o mundo político. Ele defende: “o Estado não é uma ampliação do círculo familiar” (Holanda, 1936/2013, p. 141). Sérgio Buarque ressalta que há uma confusão dos pensadores do Estado do século XIX, que permanece nos dias de hoje, de que o Estado e suas instituições derivadas descenderiam por simples evolução da família, quando na verdade pertencem a ordens essencialmente diferentes. Defende, ainda, que só a partir da transgressão no âmbito familiar e doméstico é que nasce o Estado e o indivíduo se torna cidadão. Também aponta que a educação familiar deve ser entendida apenas como uma introdução à vida na sociedade. Deve-se, a partir disso, “libertar” o indivíduo das “virtudes familiares” (Holanda, 1936/2013, p. 143).

As respostas no eixo “Público e privado” continham solicitações que remetem à esfera individual e pessoal. As atribuições de “honestidade” ou ser “alguém bom” são caracterizações pessoais, e não objetivas. Da mesma forma descrita por Sérgio Buarque de Holanda, os respondentes confundem as atribuições de qualidades que são subjetivas e falam sobre a esfera pública com uma propriedade familiar.

Considerações finais

Diante do que foi exposto, compreende-se uma subjetivação política vulnerável e uma identidade cidadã sem propriedade sobre a vida pública como características dos jovens estudados. O público e o privado por vezes se confundem no discurso dos participantes. Tal mistura de familiar e de público é um fator que se entremeia no tema da desinformação política, bem como do desinteresse, da mesma maneira que o “Tripé temático”. Talvez, de certa maneira, os temas centrais emergentes no presente estudo dão explicação um ao outro: a partir de construções identitárias com uma formação cidadã muito frágil, compreende-se como surgem elementos como a desinformação, o desinteresse e temas vazios (“Tripé temático”). Ou ainda, a fala de uma crise que se apresenta de forma fantasmática e afastada de crises que efetivamente existem no cotidiano dos jovens brasileiros. Além disso, quando pautas políticas são reconhecidas, aparecem em manifestações tímidas e breves.

O presente trabalho apresentou o recorte, com interseccionalidades específicas, de um grupo de uma capital que apresenta diversos outros atravessamentos socioculturais e econômicos que também estão direcionando os resultados. Os dados não são generalizáveis, mas denunciam algo que pode, em maior escala, representar um grupo ainda mais amplo. Por essa razão, pode-se pensar na necessidade de estudos de maior magnitude nas escolas públicas brasileiras como algo que potencialize a construção do cidadão jovem brasileiro, por ele mesmo, e de que forma as diversas instituições que fazem parte de sua vida podem auxiliar para que o engajamento aconteça, e o afastamento da política não seja uma marca da população jovem brasileira.

O projeto original americano teve como objetivo central permitir que a voz dos estudantes tivesse uma plataforma própria e pudessem se solidificar a partir do agrupamento de questões comuns a essa população. Como resultado, a plataforma do *Letters to the Next President* é um espaço reconhecido e que continua sendo alimentado, portanto ainda uma fonte de aproximação da juventude com os representantes políticos. Possivelmente, projetos como este trariam resultados positivos quanto ao engajamento dos jovens na política – de forma longitudinal, e com o acompanhamento de facilitadores, bem como oferecendo temas em sala de aula que esclareçam a forma de funcionamento da política brasileira e quais as potencialidades cidadãs dos jovens a partir destes princípios.

E talvez seja justamente esse afastamento, presente no discurso descrente e na falta de propriedade da população para falar de política, que permite a perpetuação de uma cultura de “política para políticos” no Brasil. Quando o cidadão não se envolve, não se apropria da disciplina que zela por ele mesmo não poderá acompanhar, avaliar, participar e mudar as condições de vida que sente como pautas reais do seu cotidiano.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo compreender de que forma os jovens estudantes do ensino médio constroem sua identidade de cidadãos. Além disso, buscou-se compreender se há, e como é, o entendimento sobre a função da política, ilustrada aqui pelo papel presidencial. Tal compreensão partiu da concepção de que só podemos exercer a cidadania a partir da interação com a esfera do mundo comum na sociedade, e essa interação necessita ser pensada, construída. A partir disso, a escola seria a promotora de um espaço de experimentação cívica e também de apresentação do mundo democrático para os jovens. Por meio dos resultados expostos, foi possível constatar não só que o distanciamento dos jovens participantes é um dado verificado, mas também que a literatura aponta que tal distanciamento é um fenômeno da cultura brasileira, da população em geral. Este estudo concluiu que o espaço escolar falha em incentivar a construção de sujeitos reflexivos, críticos e ativos na sociedade.

Quanto à crítica de Sérgio Buarque de Holanda, pensamos que o afeto faz parte do que é ser brasileiro. Embora o autor apresente o prejuízo da mistura de público e privado nas relações sociais, mais estudos sobre a interlocução de razão e afeto podem ser desenvolvidos para podermos pensar em estratégias de melhor interação com esse fenômeno e promover mudanças. O trabalho de Junior e Pires (2010), por exemplo, expõe como no Brasil a emoção é um fator decisivo para tomadas de decisão de voto. Isso é, ao mesmo tempo, o problema e a possibilidade de algumas intervenções. A crise de adaptação do brasileiro ao mecanismo social é uma forma de triunfo de valores de iniciativa pessoal (Holanda, 1936/2013). Mais estudos sobre as causas desse fato são necessários.

Provavelmente as últimas eleições brasileiras (2018) sejam uma representação desse triunfo. O fazer política no Brasil, baseado na cultura da denúncia e do contragosto e do uso adjetivado para acusarmos nossos próprios representantes – população, mídia, os próprios funcionários públicos –, perpetua a entrada de afetos em espaços da dita razão. Quando as autoras Kahne, Hodgins, e Eidman-Aadahl (2016) se referiram à potencialidade das redes sociais mas também à sua insuficiência quando não há um elo que conecte o fazer política nas plataformas informais com meios de agir em política, o fenômeno brasileiro sustenta esse argumento. A partir de discursos de ódio frequentes e de uma dissociação de pauta política a preferências particulares, acompanhamos um ano eleitoral de desrespeito, agressividade e a eleição de um representante que pouco precisou

apresentar em termos de pautas políticas e sequer participou de debates com os seus adversários. Esse é o fenômeno que as autoras afirmam acontecer quando não há cidadãos aptos para passarem da fase de denúncia para a fase da ação.

Quanto à população jovem, pensa-se que essa parcela de cidadãos vem sendo introduzida na democracia sob um processo pré-determinado e ainda pouco elaborado. Há, também, uma importante cisão entre o que supostamente é do adulto e o que é do papel do jovem na sociedade. Deparamo-nos com instituições que, sendo espaços em que a violência estrutural apenas se re-apresenta, não estão servindo de espaço para a quebra de ciclos de vulnerabilidade e alienação. Watts e Flanagan (2007) utilizaram o termo *adultism* para explicar a relação da juventude com a democracia. Segundo os autores, os mesmos mecanismos sociais que geram estereótipos para o racismo e o sexismo podem ser a forma com que a sociedade vê a interação dos jovens – uma visão pejorativa dos adultos que vê os jovens como alienados, preguiçosos, desinteressados de modo geral –, a barreira para que compreendamos a juventude como uma população que, embora heterogênea, pode sim ocupar espaços cívicos e promover justiça social.

Devemos providenciar um espaço de crescimento cívico para as novas gerações de cidadãos. O papel do adulto nesse processo, bem como o papel dos educadores e das instituições escolares seria: ao invés de liderança, os adultos precisam estar no plano de fundo, servindo para monitoramento, orientação, facilitação, mas não no comando. Os jovens precisam de espaços de construção próprios, entre pares, e que os adultos (e educadores) ofereçam suporte em forma de diálogo e instrução, providenciando não só as conexões institucionais necessárias, mas demonstrando caminhos para alcançarem comunidades institucionais e poder político na sociedade (Watts & Flanagan 2007). Um exemplo de sucesso, em que a interação dos adultos com os jovens politicamente engajados foi legítimo, é o das ocupações escolares de 2016. A partir dos movimentos estudantis de diferentes estados e com pautas independentes e voltadas às necessidades dos alunos, os adultos envolvidos no processo foram facilitadores, mas não agentes de liderança. Infelizmente, os dados apontam que com o passar do tempo, as ocupações escolares parecem ter perdido a potencialidade de mudança dos estudantes do movimento.

O papel de facilitadores para a classe dos educadores não é alcançado de forma simples, tampouco se resguarda apenas à educação o papel de promoção de uma população jovem engajada politicamente. A literatura aponta que no contexto brasileiro encontramos o fenômeno do distanciamento da esfera política como algo que é da

população em geral, e não exclusiva à juventude. Isso leva a pensar que a problemática do engajamento e da identidade política é um fenômeno cultural, com raízes na história colonial brasileira, e também de uma democracia tão jovem no País. Para Freire (1981), nossa inexperiência democrática tem uma marca desde a colonização. Segundo o autor, “a nossa colonização foi, sobretudo, uma empreitada comercial” (Freire, 1981, p. 67). Não houve o interesse, por parte de nossos colonizadores, na criação de uma civilização. O desenrolar da história de nosso país evidencia essa afirmativa, seja na transição do colonialismo para o período imperial, seja na a transição ao período republicano, a marca da ditadura civil-militar e, finalmente, o surgimento da nossa democracia e de nossa Constituição, há trinta anos. Retomando a ideia de Martin-Baró sobre importância de um indivíduo localizado em um recorte de tempo e espaço, não podemos evitar o passado como fator de presença e influência na nossa cultura.

Da mesma forma que Sérgio Buarque de Holanda argumenta sobre a dificuldade de nos relacionarmos com personagens que exigem uma separação do afeto, encontramos barreiras atuais herdadas de violências estruturais experimentadas no passado, e que se remontam nos dias de hoje de forma implícita, indireta, sob a forma de “coisas como são”. Seja a violência do descaso governamental com a educação brasileira ou pela tentativa de interditar o acesso à informação dos jovens por meio de projetos como o Escola sem Partido, seja a violência do bloqueio de acesso a condições básicas de nosso tripé social (saúde, educação e segurança), a violência que a população jovem sofre nos dias de hoje é herança de uma cultura que vê a própria juventude como aquela que solucionará as questões sociais, econômicas e políticas em um futuro, mas que por enquanto não serve para ser reconhecidamente cidadã. Tal violência se configura no afastamento dos jovens como membros ativos na sociedade brasileira.

O termo *adulthood*, explicado anteriormente, serve como uma ilustração muito coerente. Se os jovens são alheios à esfera política, é por causa de uma cultura que os afasta das atividades cívicas, por concebê-los como incapazes de atuar democraticamente. E esse movimento faz com que a população reforce essa imagem social da juventude. Quando pensamos num projeto como o Escola sem Partido, ele contém um entendimento implícito de que os jovens estão passivos à manipulações e doutrinações. Um projeto com essa concepção fortalece o processo de afastamento e também de infantilização da juventude. Presume que os jovens não estão aptos para se posicionarem criticamente ao que lhes é ensinado e que, portanto, precisam ser protegidos de temáticas que confrontam percepções de certas moralidades. Se tal construção social fosse um fato verificado, não

teríamos observado as mobilizações juvenis que ocorreram nos anos de 2015 e 2016 com as ocupações escolares, espalhadas por todo o Brasil e com a vitória do movimento estudantil quanto ao que solicitava em sua mobilização.

Entretanto, quando a proposta é compreendermos a população brasileira como um todo, o fenômeno ainda é muito parecido. Talvez não estejamos excluindo apenas a juventude de um engajamento com o mundo comum, mas estejamos, na verdade, como sociedade, eximindo-nos da responsabilidade cívica e deixando para os próximos a preocupação que não parecemos ter. A problemática se complexifica quando compreendemos que essa cultura desengajada também é passada geracionalmente aos jovens.

Assim como já afirmado, a mistura entre o que é da família e o que é da política não é um assunto recente, tampouco um assunto passado em nossa sociedade. Além do que Holanda (1936/2013) postula, Arendt (1958/2007) também foi crítica quanto a essa mistura, demonstrando que esse fenômeno existe desde a criação do que hoje temos como “sociedade”. Segundo a autora, o entendimento desse termo apoia-se em uma compreensão do social como um conjunto de famílias, extinguindo a linha divisória entre *polis* e família, que era a base de todo o pensamento político antigo. O reflexo disso, para Arendt, é que a antiga *polis* era a esfera da igualdade genuína entre os cidadãos, enquanto que a família é o contexto da “mais severa desigualdade” (Arendt, 1958/2007, p. 38). O surgimento da sociedade é a marca da ascensão da importância do lar e de seus desdobramentos privados, o que não seria apenas uma mudança de ênfase, e sim uma ressignificação profunda. Na Antiguidade, a noção de “privado” era associada ao “ser privado de”. Um sujeito que, “como o escravo, não fosse admitido para adentrar no domínio público ou que, como o bárbaro, tivesse escolhido não estabelecer tal domínio – não era inteiramente humano” (Arendt, 1958/2007, p. 46). O enriquecimento da esfera privada foi impulsionado pelo crescimento do moderno individualismo. A ideia é de que pouco importa se os integrantes da nação são iguais ou desiguais, pois a sociedade exige que seus membros se comportem como uma grande família, e assim podem ter apenas uma opinião e interesses. E se a ascensão da sociedade pôde ocorrer coincidentemente com o declínio da família, é justamente pela primeira ter absorvido à segunda. Com relação à mistura social de política e afeto, a crítica da autora é explícita: “Dada a sua inerente não mundanidade, o amor só pode ser falsificado e pervertido quando utilizado para fins políticos, como a transformação ou a salvação do mundo” (Arendt, 1958/2007;

p. 63). Segundo Arendt, a ideia de *polis* grega surgiu justamente para proteger os seus membros da futilidade do mundo individual.

Tal mistura pode estar servindo como alternativa a um envolvimento genuíno com a democracia em nosso país. Novamente, a construção de um pensamento cívico e, por esse meio, também um maior engajamento da população mostram-se necessários. Com base no argumento de Torney e Purta (2002), a experiência ideal de uma educação cívica deve oferecer aos jovens um conhecimento significativo sobre o sistema político e econômico, para que tenham condições de reconhecer as potencialidades e os desafios da democracia, bem como as atribuições de uma boa cidadania; para sentirem-se aptos a participar de discussões respeitadas sobre assuntos importantes e controversos e estarem cientes e ligados às organizações da sociedade civil.

A partir do que foi exposto, pensa-se que o Brasil, sendo um país heterogêneo e desigual, deveria se utilizar da política educacional, pois esta pode desempenhar um papel importante na democratização e na formação cidadã do sujeito. Enquanto não houver envolvimento dos diretamente afetados pelas políticas de educação nas esferas de decisão, planejamento e execução dos programas estatais, “estaremos alcançando índices positivos quanto à avaliação dos resultados de programas da política educacional, mas não quanto à *avaliação política da educação*” (Höfling, 2001, p. 39).

REFERÊNCIAS

- Adolina, M. W., Jenkins, K., Zukin, C. & Keeter, S. (2003). Habits from home, lessons from school. *Social Education*, 67(6), 333-337.
- Arendt, H. (2007). *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária. (Trabalho original publicado em 1958)
- Baquero, R. & Baquero, M. (2007). Educando para a democracia: valores democráticos partilhados por jovens porto-alegrenses. *Ciências Sociais em perspectiva*, 6(11), 139-153.
- Baquero, R. & Baquero, M. (2014). Formação cidadã de jovens no contexto de um regime democrático híbrido. *Revista Debates*, 8(2), 59-82.
- Baquero, R., Baquero, M. & Moraes, J. A. (2016). Os jovens estão mais assertivos politicamente no Brasil? Uma análise da cultura política. *Revista Debates*, 10(2), 71-94.
- Barros, M. & Pimentel, E. (2012). Políticas públicas e a construção do comum: interrogando práticas PSI. *Polis & Psique*, 2(2), 3-22.
- Becker, P. & Raveloson, J. A. A. (2011). *O que é democracia?* Luanda: Fundação Friedrich Ebert.
- Boghossian, C. O. & Minayo, M. C. D. S. (2009). Revisão sistemática sobre juventude e participação nos últimos 10 anos. *Saúde e sociedade*, 18, 411-423.
- Braun, V., Clarke, V. (2006a) About thematic analysis. Recuperado em 9 de abril de 2018, de <https://www.psych.auckland.ac.nz/en/about/our-research/research-groups/thematic-analysis.html>
- Braun, V. & Clarke, V. (2006b). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative research in psychology*, 3(2), 77-101.
- Carrara, K. (1996). Psicologia e construção da cidadania. *Psicologia: ciência e profissão*, 16(1), 12-17.
- Castro, L. (2008). Participação política e juventude: do mal-estar à responsabilização frente ao destino comum. *Revista de Sociologia Política*, 16(30), 253-268.
- Castro, L. R. (2009). Juventude e socialização política: atualizando o debate. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 25(4), 479-487.
- César, M. R. A. & Duarte, A. (2010). Hannah Arendt: pensar a crise da educação no mundo contemporâneo. *Educação e pesquisa*, 36(3), 823-837.
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Recuperado em 9 de abril de 2018, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

- Correia, W. F. (2007). A educação moral e cívica do regime militar brasileiro, 1964-1985: a filosofia do controle e o controle da filosofia. *Ecco: revista científica*, 9(2), 489-500.
- Dayrell, J., Gomes, N. & Leão, G. (2010). Escola e participação juvenil: é possível esse diálogo? *Educar em revista*, (38), 237-252.
- Dias, T. S. & Menezes, I. (2009). O desenvolvimento do pensamento político em crianças de pré-escolar e ensino básico numa triangulação de referências: criança, família e escola. In *Anais do X congresso internacional galego-português de psicopedagogia: programa, resumos e actas*. Braga: Universidade do Minho.
- Flick, U. (2009). Pesquisa qualitativa: por que e como fazê-la. In U. Flick, *Introdução à pesquisa qualitativa* (pp. 20-49). Porto Alegre: Artmed.
- Freire, P. (1979). O processo da alfabetização política: uma introdução. In P. Freire, *Ação cultural para a liberdade* (pp. 19-29). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, P. (1981). Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Fuks, M. (2012). Atitudes, cognição e participação política: padrões de influência dos ambientes de socialização sobre o perfil dos jovens. *Opinião pública*, 18(1), 88-108.
- Galston, W. A. (2001). Political knowledge, political engagement and civic education. *Annual Review of Political Science*, 4(1), 217-234.
- Gracia, T. I. (2004). El cómo y el porqué de la psicología social. In T. I. Garcia (Org.), *Introducción a la psicología social* (pp. 53-90). Barcelona: Editorial UOC.
- Gouveia, V. V. (2015). Psicologia Social como ciência e prática: o que pensam pesquisadores brasileiros? *Psicologia: teoria e pesquisa*, 31(4), 491-500.
- Gray, E. (2012). *Pesquisa no mundo real*. Porto Alegre: Penso.
- Hennigen, I. & Guareschi, N. (2006). A subjetivação na perspectiva dos estudos culturais e foucaultianos. *Psicologia da educação*, 23(2), 57-74.
- Höfling, E. (2001). Estado e políticas (públicas) sociais. *Cadernos Cedes*, 21(55), 30-41.
- Holanda, S. B. de. (2013). *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1936)
- Januário, A., Campos, A. M., Medeiros, J. & Ribeiro, M. (2016). As ocupações de escolas em São Paulo (2015): autoritarismo burocrático, participação democrática e novas formas de luta social. *Revista Fevereiro*. 318(10), 1-26.
- Junior, P. & Pires, J. T. (2010). Razão e emoção: o voto na eleição presidencial de 2006. *Opinião pública*, 16(2), 516-541.

- Kahne, J., Hodgin, E. & Eidman-Aadahl, E. (2016). Redesigning civic education for the digital age: participatory politics and the pursuit of democratic engagement. *Theory & Research in Social Education*, 44, 1-35.
- Kahne, J. & Westheimer, J. (2003). Teaching democracy: What schools need to do. *Phi Delta Kappan*, 85(1), 34-66.
- Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes da Educação Nacional (LDB). Brasília: Diário Oficial da União. Recuperado em 15 de maio de 2017, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm#art3
- Maciazeki-Gomes, R., Nogueira, C., Vázquez, C. L. & Toneli, M. J. (2016). Participação política e subjetividade: narrativas de vida de trabalhadoras rurais do sul do Brasil. *Revista Psico*, 47(2), 148-158.
- Marcovitch, Jacques. (2018). Como salvar a política? *Estudos avançados*, 32(92), 7-15. Recuperado em 9 de abril de 2018, de <https://dx.doi.org/10.5935/0103-4014.20180002>
- Martin-Baró, I. (1996). O papel do psicólogo. *Estudos de Psicologia*, 2(1), 7-27.
- Meditich, E. (2005). A desinformação política na campanha eleitoral de 2002: o programa de governo de Lula na propaganda e no jornalismo eletrônicos. *Comunicação & sociedade*, 26(43), 29-45.
- Mesquita, M. R., Bonfim, J., Padilha, E. & Silva, A. C. (2016). Juventudes e participação: compreensão de política, valores e práticas sociais. *Psicologia & sociedade*, 28(2), 288-297.
- Miguel, L. F. (2008). A mídia e o declínio da confiança na política. *Sociologias*, 10(19), 250-273.
- Moraes, C. S. V. & Ximenes, S. B. (2016). Políticas educacionais e a resistência estudantil. *Educação & sociedade*, Campinas, 37(137), 1079-1087.
- Nazzari, R. (2005). Capital social e socialização política dos jovens no Brasil. *Educação Unisinos*, 9(2), 145-154.
- Nunes, N. & Rezende, M. J. (2008). O ensino da Educação Moral e Cívica durante a ditadura militar. In *7ª Jornada do Núcleo de Ensino de Marília: Teoria Histórico-Cultural: objetivações para o ensino, a aprendizagem e o desenvolvimento humano*. Marília: Universidade do Estadual Paulista.
- Pereira, A. S. & Baptista, M. G. A. (2016) A educação libertadora de Paulo Freire e a escola sem partido. In *IX Colóquio Internacional Paulo Freire*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco.
- Pesce, L. & Oliveira, M. O. M. (2012). *Educação e cultura midiática*. Salvador: EDUNEB.

- Prado, M. A. M. & Toneli, M. J. F. (2013). Política e sujeitos coletivos: entre consensos e desacordos. *Estudos de Psicologia*, 18(2), 351-357.
- Ramos, M. S. & Stampa, I. (2016). Subversão e resistência docente: notas obre a ditadura militar e o programa Escola sem Partido. *Espaço sem currículo*, 9(2), 249-270.
- Rique, J., Lima, T. J. S., Nóbrega, C. B., Andrade, C. C. M. & Alencar, C. C. G. (2009). Questões sociais e engajamento dos jovens na vida sociopolítica. *Gerais: revista interinstitucional de Psicologia*, 2(2), 141-150.
- Rizzini, I., Thapliyal, N. & Pereira, L. (2007). Percepções e experiências de participação cidadã de crianças e adolescentes no Rio de Janeiro. *Revista Katál*, 10(2), 164-177.
- Rodrigues, A., Lobel, S. A., Jablonski, B., Monnerat, M., Corga, D., Diamico, K. & Ferraz, A. (2012). Imagem do político brasileiro. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 4(1), 2-11.
- Tenente, L. & Fajardo, V. (2017, 22 de agosto). Brasil é o #1 no ranking da violência contra professores: entenda os dados e o que se sabe sobre o tema. *GI*. Recuperado em 10 de janeiro de 2019, de <https://g1.globo.com/educacao/noticia/brasil-e-1-no-ranking-da-violencia-contra-professores-entenda-os-dados-e-o-que-se-sabe-sobre-o-tema.ghtml>
- Torney-Purta, J. (2002). The school's role in developing civic engagement: a study of adolescents in twenty-eight countries. *Applied Developmental Science*, 6(4), 203-212.
- Vilanova, F., De Sousa, D. A., Koller, S. H. & Costa, A. B. (2018). Adaptação transcultural e estrutura fatorial da versão brasileira da escala Right-Wing Authoritarianism. *Trends in Psychology/Temas em Psicologia*, 26(3), 1299-1316.
- Watts, R. J. & Flanagan, C. (2007). Pushing the envelope on youth civic engagement: a developmental and liberation psychology perspective. *Journal of Community Psychology*, 35(6), 779-791.
- Wiesenfeld, E. (2014). La Psicología Social Comunitaria en la América Latina: consolidación o crisis? *Psicoperspectivas*, 13(2), 6-18.
- Zúñiga, H. G. de, Jung, N. & Valenzuela, S. (2012). Social media use for news and individuals' social capital, civic engagement and political participation. *Journal of Computer-Mediated Communication*, 17(3), 319-336.

APÊNDICE

Apêndice A – Questionário para os alunos

Nome da escola:

Idade:

Ano escolar:

1. O que você tem a dizer para o próximo ou próxima presidente do Brasil?
2. Você sabe o que um presidente faz? Por favor, descreva.
3. Para você, o que é democracia?
4. O que é cidadania, na sua opinião?
5. Como você pratica cidadania?
6. O que são direitos? Por favor, explique.
7. Há quem tenha mais ou menos direitos na sua opinião?
8. Você sabe quais são os direitos dos jovens? Para você, quais são os principais?

Apêndice B- Questionário para professores

1. Em qual escola você leciona?
2. Qual disciplina você ministra?
3. Na sua função de professor, como você contribui para a formação cidadã dos estudantes?
4. Como você inclui a temática da política nas atividades em sala de aula?
5. O que seria uma escola sem partido?

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA A PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA “O QUE DIZEM OS JOVENS? CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA EM JOVENS DE ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO DE PORTO ALEGRE”

Prezada/o participante:

Nós, Marina Brasil e Prof. Dr. Angelo Brandelli Costa, responsáveis pela pesquisa “O que dizem os jovens? Construção da cidadania em jovens de escolas de Ensino Médio de Porto Alegre”, estamos fazendo um convite para você participar como voluntário/a nesse estudo. Esta pesquisa pretende compreender os processos de construção de cidadania de jovens estudantes do Ensino Médio.

Acreditamos que ela seja importante porque pode contribuir para o desenvolvimento dos estudos científicos sobre construções de identidade cidadã na juventude no Brasil

Para sua realização será feito o seguinte: você responderá a um questionário online com duração média de 30 minutos.

É possível que aconteçam constrangimentos e/ou mal-estar em compartilhar experiências passadas ou presentes sobre a temática da pesquisa. Você tem o direito de pedir indenização por qualquer dano que resulte da sua participação no estudo. O benefício da sua participação será sua contribuição para o desenvolvimento dos estudos científicos sobre construções de identidade cidadã na juventude no Brasil.

Durante todo o período da pesquisa você tem o direito de esclarecer qualquer dúvida ou pedir qualquer outro esclarecimento, bastando para isso entrar em contato, com Angelo Brandelli Costa, fone (51) 984054408, ou pela entidade responsável, o Comitê de Ética em Pesquisa da UFRGS, que está localizado na rua Ramiro Barcelos, 2600, Porto Alegre/RS, Brasil. CEP: 90035-003, telefone: 33085698. E-mail: cep-psico@ufrgs.br. Horário de atendimento: De segunda a sexta-feira das 9h às 13h e de segunda a terça das 14h às 17h. O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) é composto por um grupo de pessoas que trabalham para garantir que seus direitos como participante de pesquisa sejam respeitados. O grupo tem a obrigação de avaliar se a pesquisa foi planejada e se está sendo executada de maneira ética. Se você achar que a pesquisa não está sendo realizada de tal forma ou que está sendo prejudicado de alguma maneira, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CEP-UFRGS).

Eu _____ fui informada/o dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada. Recebi informações a respeito da pesquisa e esclareci minhas dúvidas. Sei que em qualquer momento poderei solicitar novas informações, e a/o minha/meu responsável poderá modificar a decisão de participação se assim o desejar. Tendo o consentimento da/o minha/meu responsável já assinado, declaro que concordo em participar desse estudo.

Declaro que recebi uma cópia do presente Termo de Assentimento.

Em caso de algum problema relacionado com a pesquisa você terá direito à assistência gratuita que será prestada pelo Serviço de Atendimento e Pesquisa em Psicologia (SAPP).

Você tem garantido o seu direito de não aceitar participar ou de retirar sua permissão, a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo ou retaliação, pela sua decisão. As informações desta pesquisa serão confidenciais, e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos participantes, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação.

Ao assinar este termo de consentimento, você não abre mão de nenhum direito legal que teria de outra forma. Não assine este termo de consentimento a menos que tenha tido a oportunidade de fazer perguntas e tenha recebido respostas satisfatórias para todas as suas dúvidas.

Se você concordar em participar deste estudo, você rubricará todas as páginas e assinará e datará duas vias originais deste termo de consentimento. Você receberá uma das vias para seus registros e a outra será arquivada pelo responsável pelo estudo.

Eu, _____, após a leitura deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar com o pesquisador responsável, para esclarecer todas as minhas dúvidas, acredito estar suficientemente informado, ficando claro para mim que minha participação é voluntária e que posso retirar este consentimento a qualquer momento sem penalidades ou perda de qualquer benefício. Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetido, dos possíveis danos ou riscos deles provenientes e da garantia de confidencialidade e esclarecimentos sempre que desejar.

Diante do exposto expressei minha concordância de espontânea vontade em participar deste estudo.

Assinatura do participante da pesquisa ou de seu representante legal

Assinatura de uma testemunha

Declaração do profissional que obteve o consentimento

Expliquei integralmente este estudo clínico ao participante ou ao seu cuidador. Na minha opinião e na opinião do participante e do cuidador, houve acesso suficiente às informações, incluindo riscos e benefícios, para que uma decisão consciente seja tomada.

Data:

____/____/____

Assinatura do Investigador

Nome do Investigador (letras de forma)

Apêndice D- Modelo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido preenchido por professores/as.

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA A
PARTICIPAÇÃO INTITULADA “O QUE DIZEM OS JOVENS?
CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA EM JOVENS DE ESCOLAS DE ENSINO
MÉDIO DE PORTO ALEGRE”**

Prezada/o colaboradora/o:

Você está sendo convidada/o como voluntária/o da pesquisa “O que dizem os jovens? Construção da cidadania em jovens de escolas de Ensino Médio de Porto Alegre”, coordenada pelo pesquisador Prof. Dr. Angelo Brandelli Costa, do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da PUCRS. Esta pesquisa tem como objetivo compreender os processos de construção de cidadania de jovens estudantes do Ensino Médio.

Para tanto é necessário que você responda um questionário, que será realizado em sua escola, se assim você permitir, com duração aproximada de 1 hora. É possível que ocorram os seguintes desconfortos/riscos: constrangimentos e/ou mal-estar em compartilhar experiências passadas ou atuais sobre a temática do estudo. Sobre as quais medidas serão tomadas para sua redução, tais como encaminhamentos necessários. A pesquisa possivelmente trará benefícios, tais como contribuir para o desenvolvimento dos estudos científicos sobre construções de identidade cidadã na juventude no Brasil.

Como participante de pesquisa, sua privacidade será respeitada, seu nome e qualquer outro dado que possa lhe identificar serão mantidos em sigilo. Os pesquisadores se responsabilizam pela guarda e confidencialidade das informações, bem como a não exposição dos dados de pesquisa. Será garantida assistência a você durante toda a pesquisa, assim como o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos sobre o estudo e suas consequências, ou seja, tudo o que queira saber antes, durante e depois de sua participação. Você pode se recusar a participar do estudo ou retirar seu consentimento a qualquer momento sem precisar se justificar, e, caso esta seja sua vontade, não sofrerá prejuízo algum na assistência recebida.

Quaisquer dúvidas relativas a esta pesquisa poderão ser esclarecidas pelo pesquisador responsável Angelo Brandelli Costa, fone (51) 984054408, ou pela entidade

responsável, o Comitê de Ética em Pesquisa da UFRGS, que está localizado na rua Ramiro Barcelos, 2600, Porto Alegre/RS, Brasil. CEP: 90035-003, telefone: 33085698. E-mail: cep-psico@ufrgs.br. Horário de atendimento: De segunda a sexta-feira das 9h às 13h e de segunda a terça das 14h às 17h. O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) é composto por um grupo de pessoas que trabalham para garantir que seus direitos como participante de pesquisa sejam respeitados. O grupo tem a obrigação de avaliar se a pesquisa foi planejada e se está sendo executada de maneira ética. Se você achar que a pesquisa não está sendo realizada de tal forma ou que está sendo prejudicado de alguma maneira, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CEP-UFRGS).

Declaro que li e entendi todas as informações presentes neste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e tive a oportunidade de discutir as informações relacionadas à pesquisa. Todas as minhas perguntas foram respondidas e eu estou satisfeito com as respostas. Entendo que receberei uma via assinada e datada deste documento e que outra via assinada e datada será arquivada pelo pesquisador responsável do estudo.

Por fim, fui orientada/o a respeito do que foi mencionado neste termo e compreendo a natureza e o objetivo do estudo e manifesto meu livre consentimento em participar, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico a receber ou a pagar por minha participação.

_____, ____ de _____ de ____.

Assinatura da/o participante de pesquisa

Assinatura do Pesquisador

Assinatura do Responsável pelo Participante de Pesquisa

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DA EMENDA

Título da Pesquisa: Construção de Escala de Posicionamento Político

Pesquisador: Silvia Helena Koller

Área Temática:

Versão: 4

CAAE: 57635315.6.0000.5334

Instituição Proponente: Instituto de Psicologia - UFRGS

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.916.782

Apresentação do Projeto:

O estudo tem como objetivo criar uma Escala de Posicionamento Político. Foi realizada uma revisão da literatura nacional com o propósito de buscar instrumentos que mensurassem o posicionamento político. A intenção era conferir os construtos teóricos que estão sendo utilizados na construção dos instrumentos. Confirmou-se que nenhuma escala nacional tem itens construídos com base nas obras de autores que se autodeclararam partidários de determinados posicionamentos políticos. Em seguida os itens foram construídos com base em obras de autores que se autodeclararam ou conservadores, ou liberais, ou socialistas, ou comunistas. Os itens serão avaliados por dois especialistas acerca de sua correspondência aos determinados posicionamentos políticos e ajustes serão realizados a partir do consenso dos especialistas. Em seguida será conduzido um estudo piloto a fim de melhorar o uso do instrumento.

De modo específico, a presente solicitação refere-se a uma emenda ao projeto original. Os autores declaram a intenção de adaptar a escala também para o público jovem para futuros estudos com essa população. Para tanto, foi acrescentado termo de autorização institucional e de assentimento. Além disso, dadas as características desenvolvimentais desse grupo, foi acrescentada uma medida critério qualitativa e nova metodologia de análise de dados.

Endereço: Rua Ramiro Barcelos, 2600

Bairro: Santa Cecília

CEP: 90.035-003

UF: RS

Município: PORTO ALEGRE

Telefone: (51)3308-5698

Fax: (51)3308-5698

E-mail: cep-psico@ufrgs.br

Continuação do Parecer: 1.916.782

Objetivo da Pesquisa:

Construir uma Escala de Posicionamento Político que avalie os construtos Liberalismo, Socialismo, Comunismo e Conservadorismo.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Os procedimentos dessa pesquisa têm risco mínimo. Possíveis inconveniências podem incluir cansaço pelo preenchimento dos questionários.

Benefícios:

Obtenção de informações sobre o próprio posicionamento político.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de uma emenda a um projeto já aprovado por este Comitê. Os autores revelam a intenção de adaptar a escala (com projeto já autorizado e seguindo os mesmos moldes) também para o público jovem para futuros estudos com esta população. Para tanto, foi acrescentado termo de autorização institucional e de assentimento. Além disso,

dadas as características desenvolvimentais desse grupo, foi acrescentada uma medida critério qualitativa e nova metodologia de análise de dados.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os autores acrescentaram a descrição de um novo método de análise, conforme segue:

"A análise do material é de natureza qualitativa, na qual será utilizado o método da análise temática dos temas que emergirem, a posteriori. Os temas serão discutidos à luz das concepções políticas levantadas na introdução deste projeto. O método da análise temática procura identificar e interpretar padrões encontrados nos dados coletados, tanto podendo ser um método de viés mais essencialista, como também mais construtivista ou contextualista. A análise temática pode seguir uma direção indutiva ou dedutiva. Os temas organizados podem ser semânticos ou latentes. Pode ser dividida em 6 fases: familiarização com os dados, geração de códigos iniciais, busca pelos temas, revisão dos temas, definição dos temas e relatório/análise final (Braun & Clarke, 2006)."

Além dessa, os autores também acrescentaram:

- Modelo de autorização institucional, e
- Termo de assentimento.

Com relação ao último, Termo de assentimento, entendemos o mesmo como desnecessário, uma vez que, entre os critérios de inclusão elencados está a necessidade de se ter 18 anos ou mais.

Endereço: Rua Ramiro Barcelos, 2600

Bairro: Santa Cecília

CEP: 90.035-003

UF: RS

Município: PORTO ALEGRE

Telefone: (51)3308-5698

Fax: (51)3308-5698

E-mail: cep-psico@ufrgs.br

UFRGS - INSTITUTO DE
PSICOLOGIA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO



Continuação do Parecer: 1.916.782

Recomendações:

Não há.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há pendências. Trata-se de uma emenda que propõe a extensão de um projeto já aprovado à população jovem.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_854889_E1.pdf	19/01/2017 11:36:27		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto.pdf	19/01/2017 11:33:27	Angelo Brandelli Costa	Aceito
Outros	cartainstitucional.pdf	19/01/2017 11:32:16	Angelo Brandelli Costa	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	assentimento.pdf	19/01/2017 11:30:33	Angelo Brandelli Costa	Aceito
Outros	carta.pdf	26/08/2016 09:35:27	Silvia Helena Koller	Aceito
Outros	Parecer.png	30/06/2016 19:14:25	Silvia Helena Koller	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	18/12/2015 18:08:15	Silvia Helena Koller	Aceito
Folha de Rosto	folhaderostocomite.pdf	18/12/2015 18:03:12	Silvia Helena Koller	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Rua Ramiro Barcelos, 2600

Bairro: Santa Cecília

CEP: 90.035-003

UF: RS

Município: PORTO ALEGRE

Telefone: (51)3308-5698

Fax: (51)3308-5698

E-mail: cep-psico@ufrgs.br

UFRGS - INSTITUTO DE
PSICOLOGIA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO



Continuação do Parecer: 1.916.782

PORTO ALEGRE, 12 de Fevereiro de 2017

Assinado por:
Clarissa Marcell Trentini
(Coordenador)

Endereço: Rua Ramiro Barcelos, 2600
Bairro: Santa Cecília **CEP:** 90.035-003
UF: RS **Município:** PORTO ALEGRE
Telefone: (51)3308-5698 **Fax:** (51)3308-5698 **E-mail:** cep-psico@ufrgs.br

Página 04 de 04